



DATA DA REUNIÃO: QUINZE DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENGENHEIRO ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

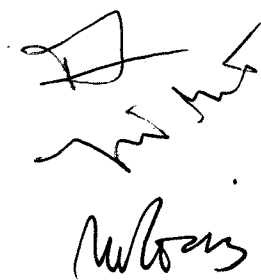
a) Pelo Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foram apresentados os seguintes pedidos de esclarecimento:-----

Declaração dos Vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD

Reunião da Câmara Municipal de 15 de Julho de 2009

Período “antes da ordem do dia”

1. Em comunicado enviado à imprensa, a União Desportiva de Roriz informa da inviabilização da pretensão que os levou a instruir o Processo de candidatura "construção do campo de futebol (relvado sintético), bancadas e instalações de apoio da união desportiva de Roriz - programa Operacional Regional do Norte - Medida 3.10 Desporto - QCA III.
2. Teve ou não esta Câmara Municipal conhecimento da evolução do estado deste processo ligado à construção de um equipamento ímpar no nosso concelho?
3. Sabendo-se que os fundos do QCA III tiveram fecho oficial em 30 de Junho de 2009, que diligências tomou esta Câmara Municipal, se conhecedora, pela via formal, do desenlace deste processo de candidatura?
4. Terá a Câmara Municipal questionado o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto sobre a não realização de tão importante infraestrutura desportiva?
5. Que posição toma a Câmara perante a rejeição de uma candidatura que obteve parecer favorável da CCDDR-N e que seria potenciadora de desenvolvimento na freguesia de Roriz e freguesias vizinhas?



A bem da transparência, aguardamos o cabal esclarecimento desta situação.

Declaração dos Vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD

Reunião da Câmara Municipal de 15 de Julho de 2009

Período "antes da ordem do dia"

Recentes notícias veiculadas pela imprensa nacional e local, aludindo a informação disponível no Site sobre transparência na administração pública (<http://transparencia-pt.org/>) fazem recair a suspeição de ilegalidade sobre a Câmara Municipal de Santo Tirso.

Na qualidade de Vereadores, gostaríamos de questionar o executivo sobre os factos em questão:

- 1 A Câmara de Santo Tirso adjudicou ou não, por ajuste directo serviços à empresa Paula & Teresa – Parques de Diversão Infantil, Lda., conhecida por "Brincadeiras e Companhia"?
- 2 Tinha a Câmara conhecimento que a referida empresa pertencia à mulher e à irmã do chefe de Divisão do Desporto da C M de Santo Tirso?
- 3 É verdade ou não que os serviços adjudicados prendem-se com "apoio Técnico às Actividades Desportivas do Complexo Desportivo Municipal", e cujo valor ascendem a 72.557 euros?
- 4 Que apoio técnico foi este e em que período de tempo foi prestado?
- 5 A Câmara Municipal de Santo Tirso confirmou ou não que a empresa em causa não tinha no objecto da sua actividade as competências necessárias para prestar o serviço adjudicado?



Seguidamente pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

“A Câmara Municipal de Santo Tirso apoiou a União Desportiva de Roriz na organização de todo o processo como bem sabe o seu presidente, Sr. Bessa, nomeadamente com a concessão de um avultado subsidio para o equipamento referido.-----

A Câmara Municipal, na sequência de reuniões com a direcção da União Desportiva de Roriz, realizou diligências junto da Secretaria de Estado com vista à resolução do assunto. Destas diligências foi dado conhecimento à União Desportiva de Roriz.-----

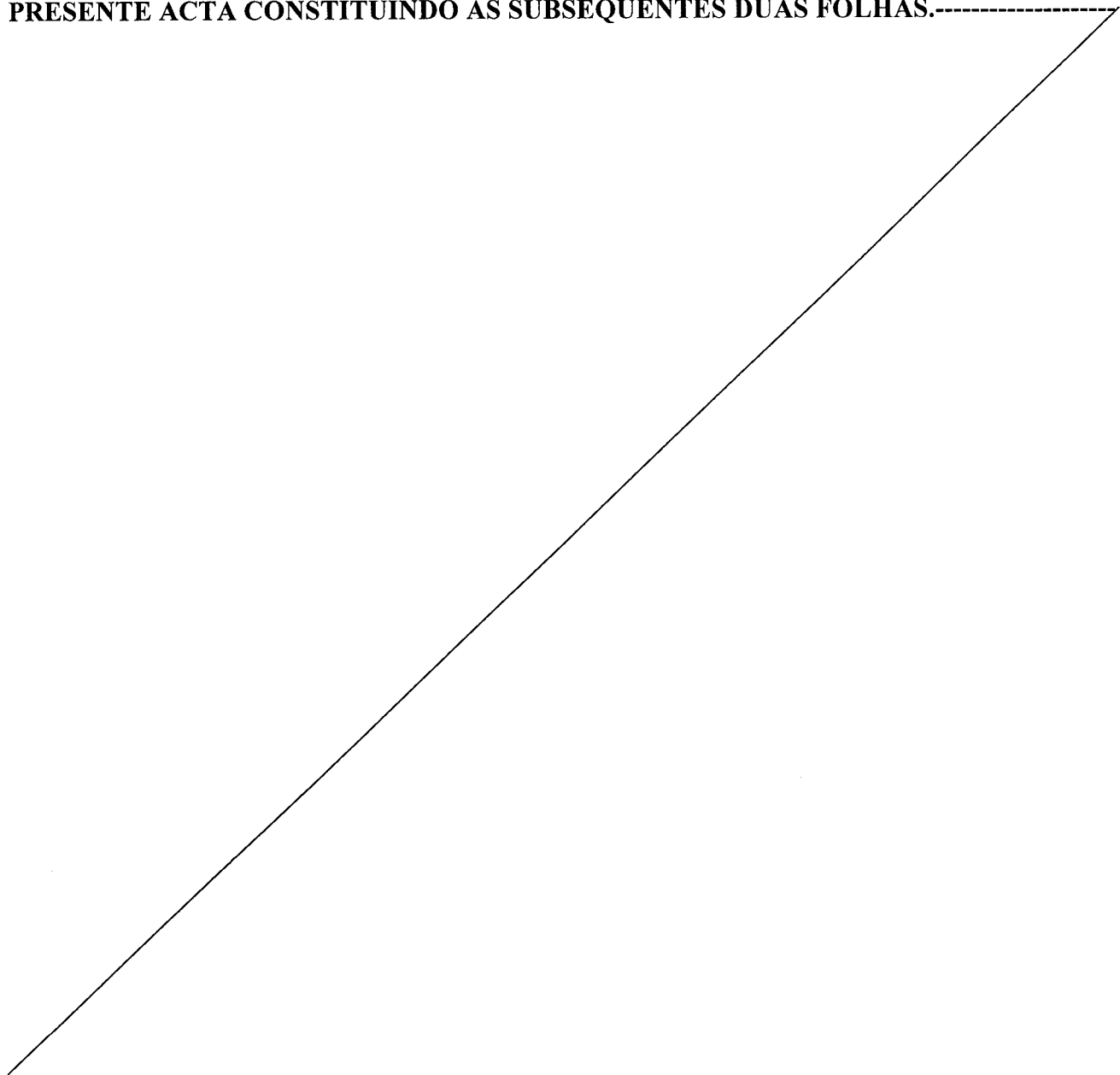
Não é das competências da Câmara questionar o Sr. Secretário de Estado do Desporto acerca das suas decisões.-----

A Câmara Municipal não tutela o Governo que quando decide fundamenta as decisões”.



A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

08

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/JULHO/2009 – ACTA Nº 15

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária realizada no dia 1/07/2009
- 2 – Assembleia Municipal: Minuta da acta da sessão ordinária realizada no dia 30/06/2009: Conhecimento
- 3 – XVI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2009: Adenda ao Protocolo celebrado com a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave em 28/12/2000: Conhecimento
- 4 – Designação dos representantes do município no Conselho Geral dos Estabelecimentos de ensino (Artigo 14º, n.º 3, do DL 75/2008): Alteração de um dos representantes designados por deliberação camarária de 11/03/2009
- 5 – Contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos S.A., até ao montante de 2 980 000,00 €, para financiamento complementar de vários projectos, no âmbito do plano plurianual de investimentos: Alteração às cláusulas contratuais aprovadas por deliberação camarária de 23/12/2008
- 6 – Contrato de empréstimo celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL, até ao montante de 125.095,15 € para financiamento complementar do projecto denominado “Centro Escolar de Sequeirô”: Aprovação das cláusulas contratuais
- 7 - Contrato de empréstimo celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL, até ao montante de 504 688,68 € para financiamento complementar do projecto denominado “Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos”: Aprovação das cláusulas contratuais
- 8 – Protocolo de Financiamento celebrado com o Programa Operacional Regional do Norte – ON 2 para implementação do Programa de Acção com o Código 4-7-17-14-1709, designado por “Parceria para a Regeneração Urbana de Santo Tirso – Margens do Ave”: Ratificação



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

09

- 9 – Empreitada: “Escola Básica do 1º ciclo com Jardim de Infância da Costa, Roriz”:
Intenção de rescisão: Ratificação de despacho do Senhor Presidente
- 10 – Contrato-Programa celebrado em 29/05/2009 entre o município de Santo Tirso e a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, tendo por objecto a Construção da Extensão de Saúde de Areias: Ratificação
- 11 - Contrato-Programa celebrado em 29/05/2009 entre o município de Santo Tirso e a Administração Regional de Saúde do Norte, IP, tendo por objecto a Construção da Extensão de Saúde de S. Martinho do Campo: Ratificação
- 12 – Aquisição de uma parcela de terreno com a área de 2.409,00 m², destinada à ampliação da Escola EB1/JI da Ermida, Santa Cristina do Couto
- 13 – Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso: Alteração
- 14 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 10 de Julho de 2009

O Presidente,



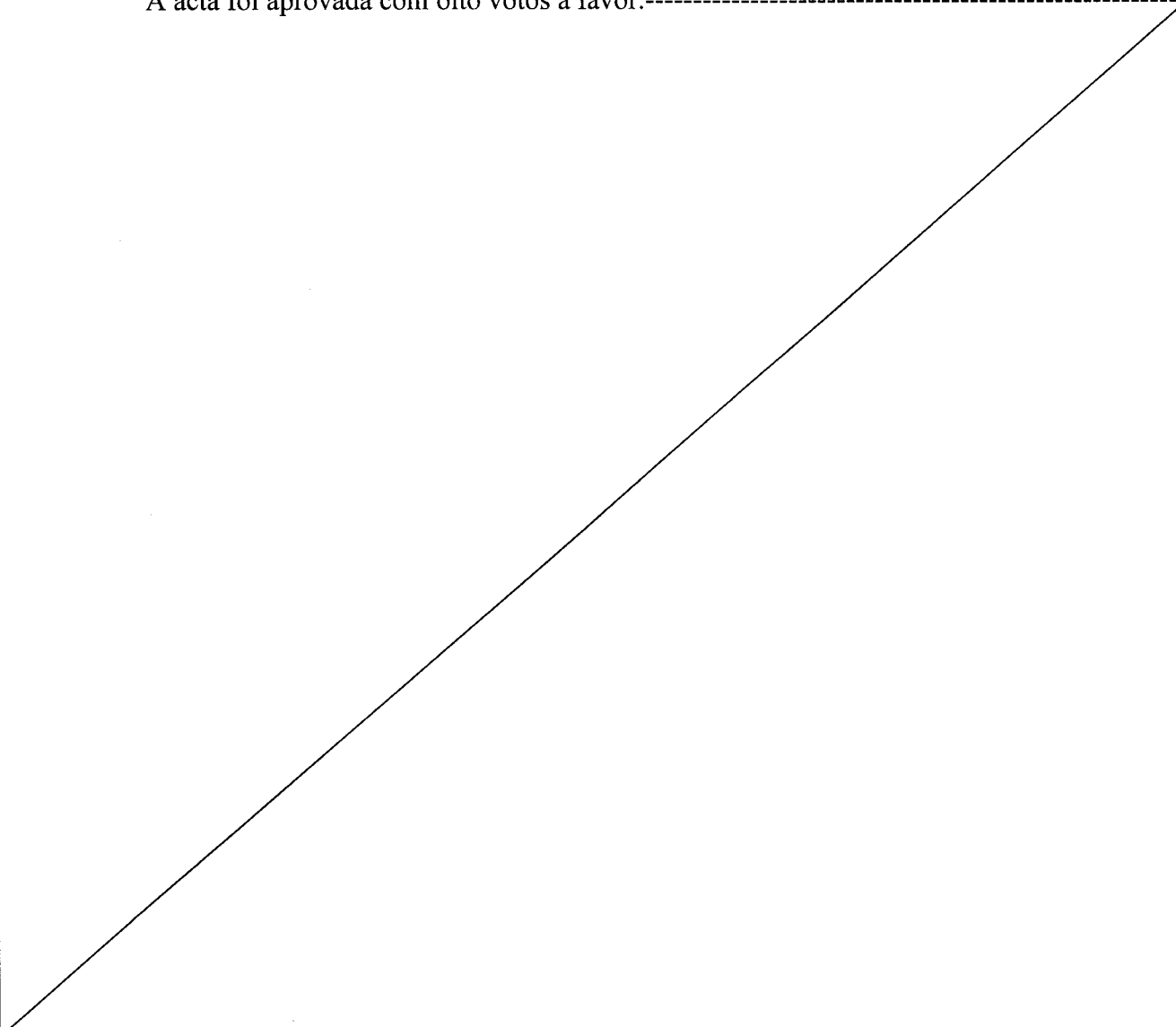
Handwritten signature and number 7.

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (01/07/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia um do corrente mês de Julho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----





**2. MINUTA DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 30/06/2009: CONHECIMENTO.**-----

Presente a minuta da acta da sessão ordinária da assembleia municipal, realizada no dia trinta de Junho findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 2.571,80 m² (dois mil quinhentos e setenta e um vírgula oitenta metros quadrados), sita na Rua do Picoto, freguesia de Santo Tirso, destinada à construção de uma esquadra para a PSP;-----

- Ratificar a deliberação da câmara municipal de seis de Maio último (item 3 da respectiva acta) relativa à não actualização e redução em 15% das taxas de ocupação de terrado na feira semanal de Santo Tirso;-----

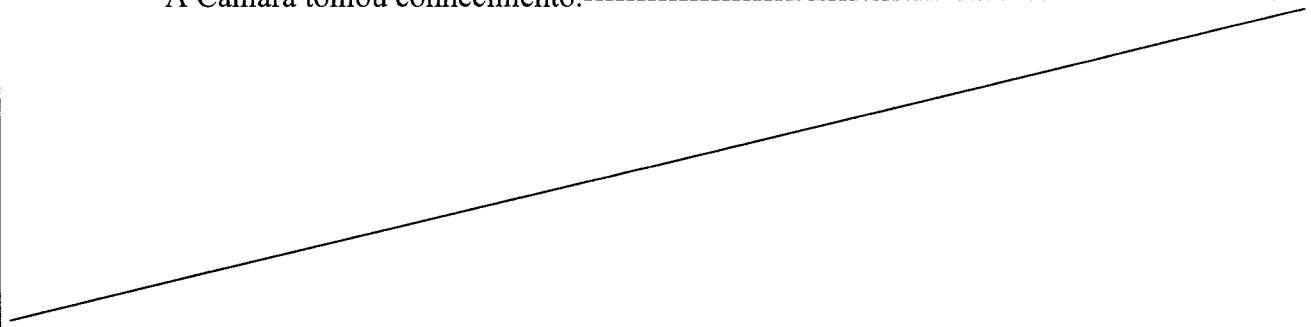
- Autorizar a câmara municipal a delegar competências nas Juntas de Freguesia, em matéria de gestão, conservação, reparação e limpeza dos cemitérios, com efeitos retroactivos a um de Janeiro último;-----

- Reconhecer o interesse público municipal do projecto denominado “Aterro Sanitário de Santo Tirso – optimização” a levar a efeito pela Associação de Municípios do Vale do Ave;-----

- Tomar conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas da Área Metropolitana do Porto relativos ao ano de 2008;-----

- Eleição da Presidente da Junta de Freguesia de Guimarei para integrar o Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde da área do Grande Porto 1 – Santo Tirso / Trofa.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





**3. XVI FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO TIRSO/2009:
ORGANIZAÇÃO EM PARCERIA COM A ARTAVE – ESCOLA PROFISSIONAL
ARTÍSTICA DO VALE DO AVE: ADENDA AO PROTOCOLO APROVADO EM REUNIÃO
CAMARÁRIA DE 28/12/2000: CONHECIMENTO-----**

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

No protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, aprovado em reunião camarária de vinte e oito de Dezembro de dois mil, ficou prevista a possibilidade de o Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso se organizar em parceria com aquela Escola;-----

As condições dessa parceria seriam estabelecidas, anualmente, por despacho do Presidente da Câmara.-----

Considerando que o aludido protocolo foi aprovado pelo executivo camarário, e que o evento em causa acarreta custos financeiros para o município, dá-se conhecimento ao executivo da Adenda ao Protocolo atrás referido, celebrada no dia vinte de Maio último, que estabeleceu os termos da organização do XVI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2009, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes nove folhas.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

13

XVI FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO
TIRSO/2009

ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E A ARTAVE – ESCOLA PROFISSIONAL ARTISTICA DO VALE DO AVE, aprovado por deliberação camarária de 28/12/2000.

Primeiro Outorgante: Eng. António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e em representação do respectivo Município, pessoa colectiva territorial número 501 306 870.

Segundo Outorgante: Prof. Dr. José Alexandre Reis, Director da ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave e do Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde, escola de música pertencente ao Instituto de Formação Artística do Vale do Ave – INFORARTIS, em representação das mesmas.

Considerando que por despacho de oito de Abril findo, proferido pelo primeiro outorgante, do qual aqui se junta cópia e fica a fazer parte integrante da presente adenda para todos os efeitos legais, foi decidido que o XVI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso, edição de 2009, seria mais uma vez organizado em parceria com a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

14

Decidem as partes celebrar a presente Adenda ao Protocolo acima identificado, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula primeira:

A Câmara Municipal de Santo Tirso e a ARTAVE acordam em organizar, em parceria, o Festival de Guitarra / ano de 2009.

Cláusula segunda:

A ARTAVE poderá, por sua vez, contar com a colaboração e / ou parceria do Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde (CCM), entidade que pertence ao Instituto de Formação Artística do Vale do Ave – INFORARTIS, pessoa colectiva religiosa, com o número de contribuinte 506 625 460, a quem poderá delegar tarefas, sempre com a superintendência da ARTAVE.

Cláusula terceira:

- 1) A ARTAVE, no presente ano e por razões de ordem organizacional, delega no Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde (CCM) toda a organização artística do Festival de Guitarra, nomeadamente: Direcção artística, contratação de músicos, viagens, estadia (alojamento e alimentação), divulgação / material gráfico (design gráfico, produção gráfica, mailings), organização de eventos, produção (som, luzes, despesas várias) e secretariado (apoio jurídico, traduções, gravações, despesas diversas administrativas e apoio ao palco).
- 2) O Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde (CCM) declara que aceita tal delegação de competências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

15
[Handwritten signature]

Cláusula quarta:

A Câmara Municipal de Santo Tirso aceita o programa do Festival e o orçamento das despesas inerentes às actividades a desenvolver pela Artave e pelo Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde (CCM), que aqui se anexam e fazem parte integrante da presente adenda.

Cláusula quinta:

1- A ARTAVE obriga-se a apresentar à Câmara Municipal um relatório final das contas, até ao dia trinta de Agosto de 2009, do qual deverão constar quer as despesas suportadas pela ARTAVE e pelo Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde com a organização e a realização do Festival de Guitarra / 2009, quer as receitas obtidas pela ARTAVE e pelo Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde com este evento, designadamente as receitas de bilheteira dos espectáculos e dos cursos.

2- A Câmara Municipal de Santo Tirso obriga-se a pagar à ARTAVE ou, caso esta o solicite, ao Instituto de Formação Artística do Vale do Ave – INFORARTIS, o valor da diferença entre o montante das despesas por estes realizadas e o quantitativo das receitas por eles obtidos, mas apenas até perfazer o limite máximo de despesas de 77 500,00 € (setenta e sete mil e quinhentos euros).

Cláusula Sexta:

1. Por delegação da ARTAVE, na edição do corrente ano, compete ao Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde – CCM toda a organização artística do Festival.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

16

2. Atendendo a que no âmbito dessa organização, aquele Centro terá de suportar despesas antes e durante o Festival, a Câmara Municipal, a pedido da ARTAVE, efectuará directamente ao INFORARTIS – Instituto de Formação Artística do Vale do Ave, o pagamento da referida quantia de 77 500,00 € (setenta e sete mil e quinhentos euros) até ao dia 10 do próximo mês de Julho.

Cláusula Sétima:

Com a aprovação do relatório a que se refere o número 1 da cláusula quinta será efectuado o acerto de contas, ou seja, se a quantia paga pela Câmara e prevista na cláusula anterior exceder o montante das despesas que vier a apurar-se no supra relatório final das contas, a ARTAVE fica responsável pela restituição à Câmara Municipal do montante dessa diferença.

Cláusula Oitava:

1. À quantia prevista no nº 2 da cláusula sexta, será deduzida a importância de 1 091,39 € (mil e noventa e um euros e trinta e nove cêntimos), correspondente ao valor que a ARTAVE estava obrigada a restituir ao Município de Santo Tirso, relativo ao acerto de contas das edições do mesmo Festival dos anos 2005/2008, conforme consta de informação do Director do Departamento de Cultura e Turismo, de 30 de Abril findo, registada com o número 6057/2009.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

17

2. Pelo que, dentro do prazo previsto no nº 2 da Cláusula Sexta, a Câmara Municipal procederá ao pagamento da quantia de 76 408,61 € (setenta e seis mil quatrocentos e oito euros e sessenta e um cêntimos).

* Os encargos financeiros com o Festival Internacional de Guitarra/2009 serão satisfeitos pela seguinte rubrica orçamental, na qual têm cabimento: classificação orgânica – 02; Classificação económica – 020220.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 20 de Maio de 2009

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

18

DESPACHO

Considerando o teor do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, aprovado em reunião de Câmara de 28 de Dezembro de 2000 (item 19 da respectiva acta), que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais;

Considerando que o “Festival de Guitarra de Santo Tirso” tem sido organizado, nos últimos 9 anos, em parceria com a ARTAVE e com bons resultados;

Considerando que o Festival de Guitarra é um evento cultural que pretende promover o nome de Santo Tirso e as instituições locais;

Considerando que a ARTAVE é a única instituição cultural sediada no concelho de Santo Tirso com vasta experiência na realização de espectáculos artísticos;

Considerando as atribuições do Município no domínio da cultura;

Determino, de harmonia com o disposto na alínea c) da cláusula terceira do aludido Protocolo, que o XVI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso – ano 2009 seja organizado em parceria com a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, a quem caberá a organização artística, que pode, dada a grandiosidade e complexidade do evento, ser delegada, no todo ou em parte, no Instituto de Formação Artística do Vale do Ave – INFORARTIS, pessoa colectiva número 506 625 460, com sede em Caldas da Saúde, freguesia de Areias, deste concelho, titular do “Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde”, cabendo sempre à ARTAVE superintender na organização do Festival. O programa do Festival, incluindo concertos e cursos, bem como o orçamento das despesas inerentes às acções e actividades a desenvolver pela ARTAVE ou pelo Instituto de Formação Artística do Vale do Ave – INFORARTIS, e a participar pela Câmara nos termos que vierem a ser fixados em adenda àquele Protocolo, estão sujeitos a prévia aprovação desta Câmara, pelo que, deve a ARTAVE apresentar tais documentos (programa e orçamento), no prazo de quinze dias, a contar da presente data.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

19

Ao Director do Departamento de Cultura e Turismo para execução do presente despacho, e cópia à Divisão de Gestão Financeira para acautelar a respectiva cabimentação orçamental, sendo que a estimativa orçamental prevista é de 77.500,00 € (setenta e sete mil e quinhentos euros).

Santo Tirso e Paços do Concelho, 08 de Abril de 2009
O Presidente da Câmara Municipal,

António Alberto de Castro Fernandes (Engº)

XVI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso - 2009
Programa

Concertos

Concerto de Abertura 09 de Maio Fingerpicking Tommy Emmanuel (Austrália)	Auditório Padre António Vieira Caldas da Saúde 21.45h
15 de Maio Música Clássica Duo Pourquoi Pas (Portugal)	Auditório da Biblioteca Municipal Santo Tirso 21.30h
16 de Maio Música Clássica Aniello Desiderio (Itália)	Auditório da Biblioteca Municipal Santo Tirso 21.30h
22 de Maio Novas Expressões Bob Zabek (Áustria)	Auditório Eng. Eurico de Melo Santo Tirso 21.30h
23 de Maio Música Clássica Álvaro Pierri (Uruguai)	Auditório do Centro Cultural Vila das Aves 21.30h
29 de Maio Novas Expressões Adam Fulara (Polónia)	Auditório Padre António Vieira Caldas da Saúde 21.30h
30 de Maio Música Clássica Sérgio & Odair Assad (Brasil)	Auditório Eng. Eurico de Melo Santo Tirso 21.30h
Curso	Museu Municipal Abade Pedrosa Santo Tirso
15 de Maio Aniello Desiderio (Itália)	10.00h – 13.00 h
Workshop	Museu Municipal Abade Pedrosa Santo Tirso
29 de Maio Adam Fulara (Polónia)	

CENTRO DE CULTURA MUSICAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
XVI FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA 2009

Orçamento das despesas a assumir pelo Centro de Cultura Musical

Rúbrica	Sub-rubrica	TOTAL
2.2.1.	Custos com Pessoal	
	1. Autorias	500,00 €
	3. Intérpretes	31.000,00 €
	5. Produtores/Direção Artística/Secretariado	12.000,00 €
	6. Deslocações / Alimentação	3.600,00 €
	7. Alojamento	1.400,00 €
	8. Acompanhamento e apoio a concertos	1.500,00 €
	9. Outros Custos	0,00 €
	Sub-total	50.000,00 €
2.2.2.	Custos com Instalações e outras infraestruturas	
	10. Alugueres de Equipamento (Luz e Som)	8.500,00 €
	13. Alugueres de Instalações	0,00 €
	Sub-total	8.500,00 €
2.2.3.	Custos com a montagem	
	20. Custos administrativos	700,00 €
	24. Consumíveis, comunicação e mailing	1.700,00 €
	25. Deslocações	0,00 €
	26. Estadias	0,00 €
	27. Outros Custos	300,00 €
	Sub-total	2.700,00 €
2.2.4.	Custos com a promoção e divulgação	
	30. Material gráfico	13.000,00 €
	31. Anúncios de imprensa	400,00 €
	32. Anúncios radiofónicos e televisivos	1.000,00 €
	33. Outros Custos	1.900,00 €
	Sub-total	16.300,00 €
2.2.5.	Provisão para imprevistos	
TOTAL		77.500,00 €

27 de Abril de 2009



4. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO (ARTº 14º, N.º 3, DO D.L. 75/2008): ALTERAÇÃO DE UM DOS REPRESENTANTES DESIGNADOS POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 11/03/2009.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de sete do corrente mês de Julho, registada com o número oito mil setecentos e noventa e quatro, a propor que a Câmara Municipal delibere alterar a designação de um dos representantes do município nos Conselhos Gerais das seguintes Escolas: Escola Secundária Tomaz Pelayo, Escola Secundária D. Afonso Henriques, Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento e Escola Secundária D. Dinis.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do artigo 14º do referido Decreto-Lei, deliberasse alterar a designação de um dos representantes do município no Conselho Geral dos referidos estabelecimentos de ensino, conforme sugerido na aludida informação, sem prejuízo do Presidente da Câmara Municipal, no exercício da sua competência de representante do município, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, poder comparecer às reuniões do Conselho Geral de qualquer escola sempre que o entender, exercendo integralmente as competências de membro desse órgão, como representante do município, conforme consta da deliberação camarária de onze de Março último.-----

Os representantes do município nos Conselhos Gerais das referidas escolas passam a ser os seguintes:-----

Escola Secundária D. Afonso Henriques

- Prof. Vítor Matos, Chefe da Divisão do Desporto;-----
- Dra. Sílvia Cristina Gonçalves Neto da Costa, Técnica Superior.-----
- Dra. Mafalda Fontão, Técnica Superior.-----

Escola Secundária D. Dinis

- Dra. Paula Brandão, Directora do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social;



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

7

- Dra. Sílvia Cristina Gonçalves Neto da Costa, Técnica Superior;-----
- Prof. Vítor Matos, Chefe de Divisão do Desporto.-----

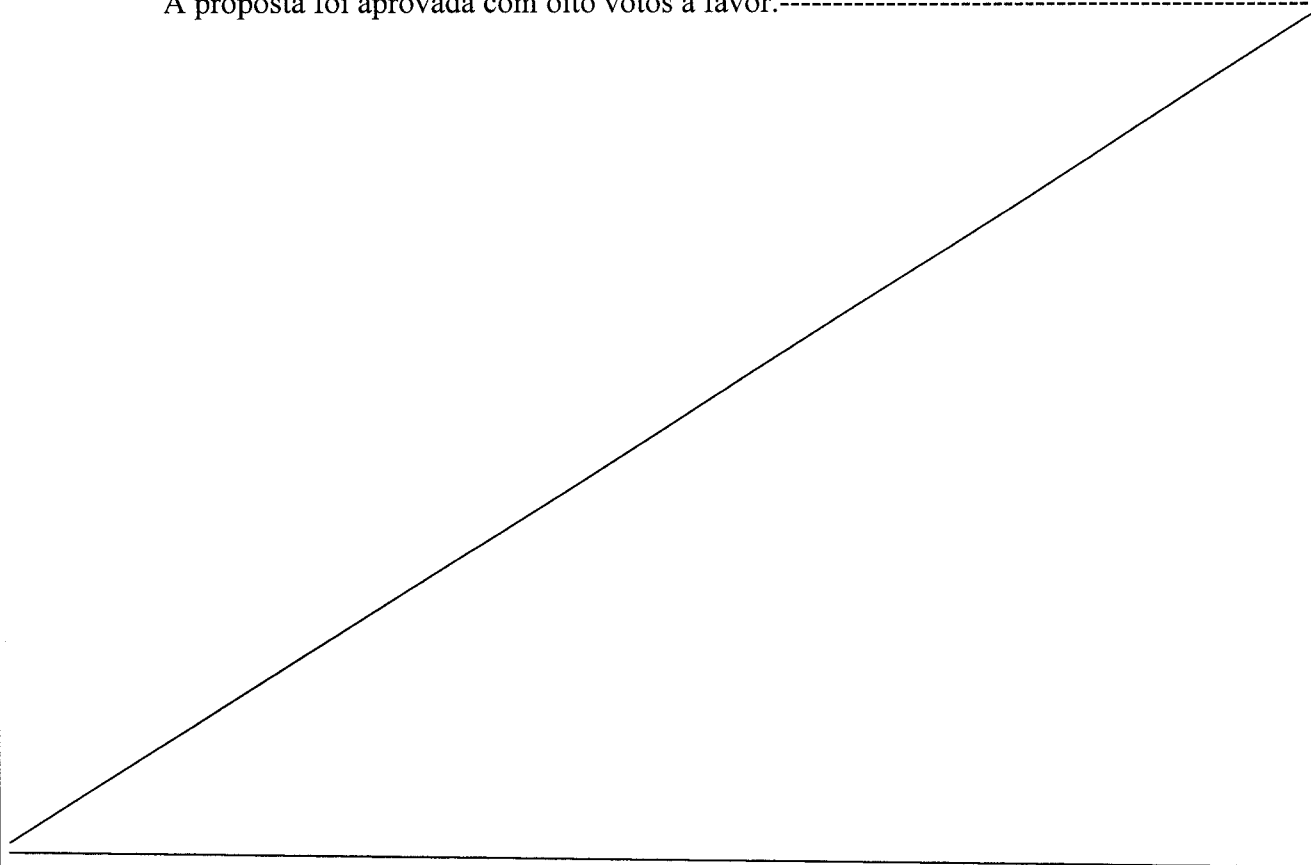
Escola Secundária Tomaz Pelayo

- Prof. Vítor Matos, Chefe da Divisão do Desporto;-----
- Dra. Sílvia Cristina Gonçalves Neto da Costa, Técnica Superior.-----
- Dra. Cristina Bayam, Técnica Superior.-----

Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento

- Dra. Sílvia Cristina Gonçalves Neto da Costa, Técnica Superior.-----
- Dra. Mafalda Fontão, Técnica Superior.-----
- Dra. Cristina Bayam, Técnica Superior.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





5. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A., ATÉ AO MONTANTE DE 2 980 000,00 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS PROJECTOS, NO ÂMBITO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: ALTERAÇÃO ÀS CLÁUSULAS CONTRATUAIS APROVADAS POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 23/12/2008.-----

Presente informação da Divisão de Gestão Financeira, de nove do corrente mês de Julho, registada com o número nove mil e treze, a remeter Adenda ao Contrato de Empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos em vinte e dois de Dezembro último, que altera as cláusulas contratuais aprovadas em reunião camarária de vinte e três do mesmo mês de Dezembro (item 12 da respectiva acta), no que se refere ao montante do empréstimo e à finalidade do mesmo (Alteração das cláusulas 2 e 3 do contrato).-----

O montante do empréstimo passa a ser até 2.073.217,66 € (dois milhões e setenta e três mil duzentos e dezassete euros e sessenta e seis cêntimos) e não 2.980.000,00 € (dois milhões novecentos e oitenta mil euros) como inicialmente previsto, e os projectos a financiar e o montante do respectivo financiamento são os que agora constam daquela Adenda, da qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes duas folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse aprovar as referidas alterações ao contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, nos termos da Adenda anexa.----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

**ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO EM 22/12/2008,
ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
PROCESSO N.º 9015/006183/791**

Considerando as questões levantadas no âmbito do pedido do Visto do Tribunal de Contas, as partes concordam em alterar as cláusulas contratuais relativas ao montante e à finalidade as quais passam a ter a seguinte redacção:

"2. MONTANTE GLOBAL DO EMPRÉSTIMO - Até € 2.073.217,66 (Dois milhões, setenta e três mil, duzentos e dezassete euros e sessenta e seis cêntimos), uma parte do qual poderá ser co-financiado com fundos directamente mutuados pelo BEI à Caixa, sem quaisquer reflexos, no entanto, nas condições financeiras ou outras desta operação para o Município.

3. FINALIDADE - Financiamento dos seguintes projectos:

- A – Ampliação do cemitério de Vila das Aves - € 25.000,00;
- B – Remodelação e ampliação do edifício das S.M.A.E.S. - € 531.993,78;
- C – Caminho pedonal S. Tiago da Carreira - € 140.000,00;
- D – Arranjo Urbanístico da Rua 25 de Abril na Reguenga - € 84.657,55;
- E – Requalificação Urbana Cidade S. Tirso Rua Carneiro Pacheco - € 246.711,25;
- F – Reconstrução da Ponte Rodoviária da Quebrada - € 140.000,00;
- G – Alargamento pavimentação C.P. que liga o cemitério a Sande - € 153.094,65;
- H – Drenagem Águas Pluviais Rua das Leirinhas - € 110.000,00;
- I – Rectificação Beneficiação Pavimento Av. Abade Pedrosa - € 81.182,91;
- J – Construção Polidesportivo da Lama - € 273.119,50;
- K – Zona Desportiva de Vilarinho – Polidesportivo - € 37.458,02;
- L – Remod. Amp. Sistema Drenag. Freguesia Areias, Lama e Palmeira - € 250.000,00.

As restantes cláusulas contratuais mantêm-se válidas e por consequência inalteradas.

Feito em três exemplares de igual valor e conteúdo, destinando-se um à Caixa e os restantes ao Município.

Lisboa, 03 de Julho de 2009

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS


JOÃO NETO SANTOS
Director Adjunto


RAPOSO FERREIRA
Director

Anexo: - Plano de pagamentos para apresentação no Tribunal de Contas.

MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

PROC.º N.º 9015/006183/791

MONTANTE : ATÉ EUROS 2.073.217,66

PRESTAÇÕES SEMESTRAIS

TAXA : MÉDIA EURIBOR 6 MESES ACRESCIDA DE 0,847%.

VALORES EM EUROS

Nº PREST.	DATA VENCIMENTO	TAXA JURO	SALDOS DEVEDORES	JUROS COMPENS.	AMORTIZACAO	PRESTACAO
Jur	22-06-2009	5,14200%	2.073.217,66	53.302,43	0,00	53.302,43
Jur	22-12-2009	5,14200%	2.073.217,66	53.302,43	0,00	53.302,43
Jur	22-06-2010	5,14200%	2.073.217,66	53.302,43	0,00	53.302,43
Jur	22-12-2010	5,14200%	2.073.217,66	53.302,43	0,00	53.302,43
1	22-06-2011	5,14200%	2.073.217,66	53.302,43	35.679,20	88.981,63
2	22-12-2011	5,14200%	2.037.538,46	52.385,11	36.596,51	88.981,63
3	22-06-2012	5,14200%	2.000.941,95	51.444,22	37.537,41	88.981,63
4	22-12-2012	5,14200%	1.963.404,54	50.479,13	38.502,50	88.981,63
5	22-06-2013	5,14200%	1.924.902,04	49.489,23	39.492,39	88.981,63
6	22-12-2013	5,14200%	1.885.409,65	48.473,88	40.507,74	88.981,63
7	22-06-2014	5,14200%	1.844.901,90	47.432,43	41.549,20	88.981,63
8	22-12-2014	5,14200%	1.803.352,70	46.364,20	42.617,43	88.981,63
9	22-06-2015	5,14200%	1.760.735,28	45.268,50	43.713,12	88.981,63
10	22-12-2015	5,14200%	1.717.022,15	44.144,64	44.836,99	88.981,63
11	22-06-2016	5,14200%	1.672.185,17	42.991,88	45.989,75	88.981,63
12	22-12-2016	5,14200%	1.626.195,42	41.809,48	47.172,14	88.981,63
13	22-06-2017	5,14200%	1.579.023,28	40.596,69	48.384,94	88.981,63
14	22-12-2017	5,14200%	1.530.638,34	39.352,71	49.628,91	88.981,63
15	22-06-2018	5,14200%	1.481.009,43	38.076,75	50.904,87	88.981,63
16	22-12-2018	5,14200%	1.430.104,55	36.767,99	52.213,64	88.981,63
17	22-06-2019	5,14200%	1.377.890,91	35.425,58	53.556,05	88.981,63
18	22-12-2019	5,14200%	1.324.334,86	34.048,65	54.932,98	88.981,63
19	22-06-2020	5,14200%	1.269.401,88	32.636,32	56.345,30	88.981,63
20	22-12-2020	5,14200%	1.213.056,58	31.187,68	57.793,94	88.981,63
21	22-06-2021	5,14200%	1.155.262,64	29.701,80	59.279,82	88.981,63
22	22-12-2021	5,14200%	1.095.982,81	28.177,72	60.803,91	88.981,63
23	22-06-2022	5,14200%	1.035.178,91	26.614,45	62.367,18	88.981,63
24	22-12-2022	5,14200%	972.811,73	25.010,99	63.970,64	88.981,63
25	22-06-2023	5,14200%	908.841,09	23.366,30	65.615,32	88.981,63
26	22-12-2023	5,14200%	843.225,77	21.679,33	67.302,29	88.981,63
27	22-06-2024	5,14200%	775.923,48	19.948,99	69.032,63	88.981,63
28	22-12-2024	5,14200%	706.890,84	18.174,16	70.807,46	88.981,63
29	22-06-2025	5,14200%	636.083,38	16.353,70	72.627,92	88.981,63
30	22-12-2025	5,14200%	563.455,46	14.486,44	74.495,19	88.981,63
31	22-06-2026	5,14200%	488.960,27	12.571,17	76.410,46	88.981,63
32	22-12-2026	5,14200%	412.549,81	10.606,66	78.374,97	88.981,63
33	22-06-2027	5,14200%	334.174,84	8.591,64	80.389,99	88.981,63
34	22-12-2027	5,14200%	253.784,85	6.524,81	82.456,82	88.981,63
35	22-06-2028	5,14200%	171.328,03	4.404,84	84.576,78	88.981,63
36	22-12-2028	5,14200%	86.751,25	2.230,37	86.751,25	88.981,63
		TOTAIS		1.343.330,60	2.073.217,66	



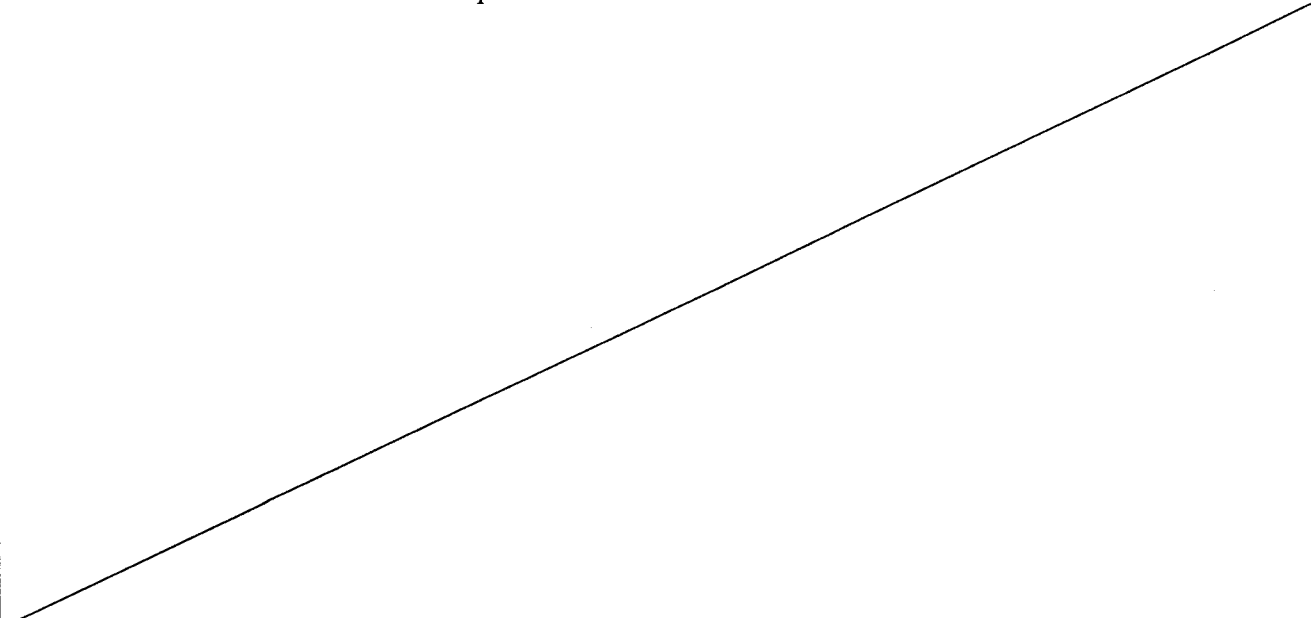
6. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO COM A CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL, ATÉ AO MONTANTE DE 125.095,15 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DO PROJECTO DENOMINADO “CENTRO ESCOLAR DE SEQUEIRÔ”: APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS-----

Presente ofício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL, de nove do corrente mês de Julho, com a referência 0609/2009, anexo à informação da Divisão de Gestão Financeira registada com o número nove mil e catorze, a remeter o contrato de empréstimo acima referido, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes cinco folhas.-----

O referido empréstimo foi autorizado pela assembleia municipal em sessão de vinte e cinco de Fevereiro último, nas condições propostas pela Câmara Municipal, por deliberação de vinte e oito de Janeiro último (item seis da respectiva acta).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar as cláusulas contratuais do aludido contrato.-----

O referido contrato foi aprovado com oito votos a favor.-----



CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Primeira Contraente: -----

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL, com sede em Santo Tirso, na Rua José Luís de Andrade, nº 65, NIPC 501 544 003, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso com o mesmo número, abreviadamente designada por **CAIXA AGRÍCOLA**. -

Segundo Contraente: -----

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, autarquia local, NIPC 501 306 870, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Sr. Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, com poderes para este acto nos termos da respectiva deliberação camarária consignada na competente acta de vinte e quatro de Outubro de dois mil e cinco, anexa a este contrato, e que indica como domicílio a sede da edilidade, sita na Praça do Município, em Santo Tirso, adiante designado por **MUTUÁRIO**. -----

* Celebram o presente contrato de empréstimo, com garantia, ao qual atribuem força executiva e que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA (Objecto e Finalidade) -----

1. Por este contrato, a CAIXA AGRÍCOLA concede ao MUTUÁRIO, a seu pedido e no seu interesse, um empréstimo no montante de CENTO E VINTE E CINCO MIL E NOVENTA E CINCO EUROS E QUINZE CÊNTIMOS (€ 125.095,15).-----
2. A referida quantia mutuada será disponibilizada e utilizada por tranches, durante o período máximo de dois anos, mediante solicitação escrita do MUTUÁRIO, dirigida à CAIXA AGRÍCOLA. -----
3. O MUTUÁRIO declara recebida a quantia mutuada e dela se confessa devedor, obrigando-se a pagá-la com os respectivos juros, impostos, encargos e despesas. -----
4. A quantia mutuada destina-se a financiar a ampliação do "Centro Escolar de Sequeirô", não lhe podendo ser dado outro uso ou destino. -----
5. O MUNICÍPIO e o seu/sua representante presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, declaram que este empréstimo e os compromissos e obrigações aqui assumidos, são actos autorizados, válidos e firmes, que não afectam, nem são afectados por qualquer outro, obrigação ou compromisso a que o MUNICÍPIO esteja vinculado e declaram que foram por si observadas todas as disposições legais aplicáveis às Autarquias Locais.-----

SEGUNDA (Prazo e Reembolso) -----

1. O empréstimo é concedido pelo prazo de vinte anos, com início na presente data. -----
2. O empréstimo será reembolsado em prestações semestrais e sucessivas, constantes de capital e juros, vencendo-se a primeira seis meses após o termo do período de carência de reembolso de capital referido no número seguinte, e as restantes no correspondente dia de cada semestre subsequente.-----

3. O empréstimo beneficia de período de carência de capital, com o máximo de dois anos a contar da presente data, mas que termina na data da última utilização do capital, durante o qual são devidas prestações semestrais de juros, calculadas por aplicação da taxa vigente sobre o capital em dívida. -----

29

TERCEIRA (*Juros*) -----

1. A quantia mutuada vence juros, postecipados e contados dia a dia, à taxa de juro anual nominal que resultar da média aritmética simples das cotações diárias da taxa EURIBOR a seis meses, durante o mês anterior a cada período semestral de contagem e arredondada à milésima de ponto percentual, por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior, e depois acrescida do 'spread' ou margem de zero vírgula oitenta pontos percentuais, o que se traduz na taxa de juro nominal actual de dois vírgula duzentos e trinta e seis por cento. -----
2. A taxa anual efectiva (TAE) deste contrato, calculada nos termos do Dec. - Lei nº 220/94, de 23.08, é de dois vírgula trezentos e noventa e três por cento. -----
3. Os juros são pagos postecipadamente, vencendo-se a primeira prestação seis meses, a contar da data deste contrato, e cada uma das demais no correspondente dia de cada semestre subsequente.
4. Em caso de mora no pagamento de qualquer obrigação ou quantia são devidos juros moratórios, à taxa nominal aplicável acrescida de quatro pontos percentuais, a título de mora e cláusula penal, que se vencem e são exigíveis diariamente e sem dependência de interpelação; sendo da responsabilidade do MUTUÁRIO o pagamento integral dos juros de mora calculados por aplicação daquelas taxa e sobretaxa sem qualquer bonificação. -----

QUARTA (*Processamento*) -----

1. A quantia mutuada e as obrigações relativas ao empréstimo são processadas numa conta interna, de financiamento, constituída para esse efeito, pela CAIXA AGRÍCOLA, com a numeração que o sistema automático lhe atribuir e que poderá ser alterada, a qual funcionará por contrapartida da conta de depósitos à ordem com o NIB 0045 1210 40029713381 64, designada por Conta D.O., titulada em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO e domiciliada na CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO. -----
2. O crédito do capital mutuado e os débitos das obrigações de pagamento emergentes deste contrato serão processados e efectuados na referida Conta D.O., que o MUTUÁRIO se obriga a ter suficientemente provisionada, nas datas de vencimento das suas obrigações, e que autoriza a CAIXA AGRÍCOLA, a movimentar e debitar, para efectivar quaisquer pagamentos. -----
3. Os extractos das referidas contas, processados pela CAIXA AGRÍCOLA, constituem documentos bastantes para prova da sua movimentação e da dívida. -----

QUINTA (*Condições gerais*) -----

3
16/1

30

1. As prestações de capital e de juros e demais obrigações são exigíveis e devem ser pagas nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de qualquer aviso ou interpelação para o efeito.--
2. Todos os pagamentos, seja qual for a indicação do MUTUÁRIO, mesmo os realizados através da referida conta D.O, serão imputados pela ordem seguinte: a despesas e encargos, a comissões, a juros de mora, a juros remuneratórios e a capital. -----
3. No empréstimo e pelas operações e actos processados ao abrigo deste contrato, incidem as comissões e encargos da "Tabela de Preçário" da CAIXA AGRÍCOLA, que estiver em vigor, com os valores e critérios nela previstos, nomeadamente as relativas ao processamento do empréstimo e suas prestações, às garantias, aos actos e operações que se lhes relacionem, a encargos e penalizações pelo reembolso antecipado e outras alterações, que o MUTUÁRIO declara aceitar. -----
- 3.1. Não são cobradas quaisquer comissões por liquidações parciais/totais de capital. -----
4. A taxa de juro nominal aplicável em cada período será adequada em função das variações que ocorrerem, com referência ao indexante acima previsto para a sua determinação, aplicando-se automaticamente e sem necessidade de qualquer comunicação prévia ou posterior. -----
5. Mas se o indexante acima previsto for substituído ou deixar de ser usado, a CAIXA AGRÍCOLA poderá aplicar outro e/ou outra taxa de juro, após a sua comunicação ao MUTUÁRIO considerando-se por este aceite se não optar pela resolução do contrato, que terá de ser feita por escrito e entregue à CAIXA AGRÍCOLA, nos cinco dias seguintes à sobredita comunicação; caso em que o MUTUÁRIO se obriga a reembolsar as quantias mutuadas e a pagar os juros e demais quantias devidas, na totalidade, no prazo de trinta dias a contar daquela comunicação da CAIXA AGRÍCOLA, aplicando-se nesse período a última taxa vigente.-----
6. A falta ou demora da CAIXA AGRÍCOLA na cobrança de créditos e na efectivação de débitos na Conta D.O., ou no exercício de algum direito ou faculdade, não representa a concessão de moratória, nem a renúncia ou perda de qualquer prazo ou direito e à percepção dos créditos e quantias que lhe sejam devidas.-----
7. O MUTUÁRIO também se obriga ao seguinte:-----
 - a) A fornecer prontamente à CAIXA AGRÍCOLA, sempre que esta o solicite, os documentos e informações relativos à aplicação das quantias mutuadas e à disponibilidade e aplicação das verbas e valores a que se reporta a cláusula sétima. -----
 - b) A inscrever nos seus orçamentos anuais as verbas necessárias para fazer face ao serviço da dívida do financiamento, podendo a CAIXA AGRÍCOLA exigir, em qualquer momento, a prova da respectiva inscrição orçamental. -----
 - c) A pagar os impostos e encargos relativos a este contrato e as despesas que a CAIXA AGRÍCOLA faça para assegurar ou obter o pagamento dos seus créditos. -----
 - d) A dar imediato conhecimento à CAIXA AGRÍCOLA de toda e qualquer acto ou diligência administrativa, judicial ou extrajudicial de que seja citado ou interpelado, ou de outro facto que de alguma forma possa afectar ou pôr em risco as garantias e o cumprimento das obrigações.-----

4
4/7/1

SEXTA (*Incumprimento e exigibilidade*) -----

1. O não cumprimento pontual de quaisquer obrigações do MUTUÁRIO para com a CAIXA AGRÍCOLA, ainda que decorrentes de outros actos e títulos, produz o vencimento antecipado e a exigibilidade imediata de todas as demais obrigações, sem embargo de outros direitos conferidos por lei ou contrato, e especialmente nos casos seguintes: -----
- a) Se não for paga alguma das prestações de capital ou de juros, no respectivo prazo, ou os juros moratórios, as comissões, encargos e despesas, ou outras quantias devidas, nas datas estabelecidas ou que forem indicadas pela CAIXA AGRÍCOLA. -----
- b) Se não forem respeitadas as disposições relativas às garantias, ou se sobre elas recair alguma oposição, apreensão ou outra providência judicial, administrativa ou extrajudicial; ou se sobrevier facto que afecte o seu valor, integralidade e livre disponibilidade; ou se os respectivos valores diminuïrem, forem cedidos ou disponibilizados, sem o acordo expresso da CAIXA AGRÍCOLA. -----
- c) Se as quantias mutuadas forem aplicadas em fins diferentes daquele a que se destina o empréstimo; ou se não forem entregues os documentos ou não forem prestadas as informações que o devam ser à CAIXA AGRÍCOLA, ou neles/as haja falsidade, defeito ou omissão. -----
2. Em caso de incumprimento e nos acima aludidos, a CAIXA AGRÍCOLA desde já fica autorizada a movimentar e debitar a dita Conta D.O. e quaisquer outras contas, de qualquer natureza, titulada em nome do MUTUÁRIO ou da Câmara Municipal de Santo Tirso, na CAIXA AGRÍCOLA contratante, para efectivar e obter o pagamento das obrigações emergentes deste contrato ou de qualquer outra operação de crédito, acto ou título, inclusive de descoberto em contas bancárias, podendo proceder à compensação com quaisquer saldos credores, independentemente da verificação dos respectivos pressupostos legais. -----

SÉTIMA (*Garantia: consignação de receitas*) -----

1. Para garantia do bom, pontual e integral pagamento de todas as obrigações e responsabilidades do MUTUÁRIO, decorrentes deste contrato, designadamente do reembolso do capital mutuado, dos juros à taxa e sobretaxa acima estabelecidas, incluindo em caso de mora, bem como das despesas judiciais e extrajudiciais que a CAIXA AGRÍCOLA faça, e dos respectivos encargos, o MUTUÁRIO procede à consignação das suas receitas municipais, todas as que for legalmente admissível de se consignar, incluindo as verbas correspondentes aos Fundos Geral e de Coesão Municipais, e de outros apoios a que tenha direito, inclusive ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio, com observância do disposto na Lei das Finanças Locais. -----
2. A CAIXA AGRÍCOLA fica autorizada a receber directamente do Estado as verbas acima referidas e destinadas a serem consignadas, até ao limite das importâncias devidas, em cada momento, designadamente as receitas e verbas da Câmara Municipal, previstas na citada Lei, para consignar e afectar ao pagamento dessas obrigações. -----
3. O MUTUÁRIO obriga-se a disponibilizar as importâncias necessárias, nos termos dos números anteriores, e a processar o seu depósito e movimentação na sobredita sua Conta D.O., bem como

a dar instruções às entidades pagadoras para efectuarem as transferências para essa mesma Conta D.O., e autoriza a CAIXA AGRÍCOLA a fazer a consignação dos valores necessários, em conta que designar, para assegurar o pagamento do que lhe seja devido, nos termos deste contrato, importâncias essas que ficarão cativas e afectas ao pagamento dessas responsabilidades.

32

OITAVA (*Cessão de créditos*)-----

Ficam desde já expressamente autorizadas e aceites, sem necessidade de outro consentimento ou comunicação, as cessões da posição contratual e a cessão de créditos, total ou parcial, que a CAIXA AGRÍCOLA pretenda fazer para terceiros, e nas condições que entender.-----

NONA (*Foro e Comunicações*) -----

1. Para solucionar as questões relacionadas com este contrato, fica convencionado que será competente, no que por lei for disponível, o foro da Comarca de Santo Tirso. -----
2. As comunicações entre os Contraentes devem ser efectuadas por escrito, por carta ou por telecópia, dirigidas para os respectivos endereços acima mencionados na identificação das partes, os quais também são indicados para efeitos de citação e notificação judicial. -----
3. As comunicações e os actos da CAIXA AGRÍCOLA que devam ter como destinatário o MUNICÍPIO, MUTUÁRIO, poderão ser dirigidos á e/ou em nome da Câmara Municipal de Santo Tirso, valendo e produzindo os mesmos efeitos como se fossem ao MUTUÁRIO, assim como os dessa Edilidade se consideram e valerão em nome do MUTUÁRIO, para efeitos deste contrato e execução do que nele se estabelece. -----

DÉCIMA (*Formalidades*) -----

A produção de efeitos financeiros deste contrato fica dependente da obtenção das necessárias deliberações dos Órgãos Municipais competentes e, se obrigatória, do Visto do Tribunal de Contas. ----

Santo Tirso, seis de Julho de dois mil e nove.-----

* Isento de Imposto de Selo ao abrigo do art. 6º do Código do Imposto de Selo. -----

A CAIXA AGRÍCOLA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO



7. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO COM A CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL, ATÉ AO MONTANTE DE 504.688,68 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DO PROJECTO DENOMINADO “CENTRO ESCOLAR DE S. TOMÉ DE NEGRELOS”: APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS-----

Presente ofício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL, de nove do corrente mês de Julho, com a referência 0610/2009, anexo à informação da Divisão de Gestão Financeira registada com o número nove mil e vinte e quatro, a remeter o contrato de empréstimo acima referido, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes cinco folhas.-----

O referido empréstimo foi autorizado pela assembleia municipal em sessão de vinte e cinco de Fevereiro último, nas condições propostas pela Câmara Municipal, por deliberação de vinte e oito de Janeiro último (item cinco da respectiva acta).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar as cláusulas contratuais do aludido contrato.-----

O referido contrato foi aprovado com oito votos a favor.-----

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

1
11/7/01

34

Primeira Contraente: -----

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL, com sede em Santo Tirso, na Rua José Luís de Andrade, nº 65, NIPC 501 544 003, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso com o mesmo número, abreviadamente designada por **CAIXA AGRÍCOLA**. -

Segundo Contraente: -----

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, autarquia local, NIPC 501 306 870, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Sr. Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, com poderes para este acto nos termos da respectiva deliberação camarária consignada na competente acta de vinte e quatro de Outubro de dois mil e cinco, anexa a este contrato, e que indica como domicílio a sede da edilidade, sita na Praça do Município, em Santo Tirso, adiante designado por **MUTUÁRIO**. -----

* Celebram o presente contrato de empréstimo, com garantia, ao qual atribuem força executiva e que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA (Objecto e Finalidade) -----

1. Por este contrato, a CAIXA AGRÍCOLA concede ao MUTUÁRIO, a seu pedido e no seu interesse, um empréstimo no montante de QUINHENTOS E QUATRO MIL SEISCENTOS E OITENTA E OITO EUROS E SESENTA E OITO CÊNTIMOS (€ 504.688,68). -----
2. A referida quantia mutuada será disponibilizada e utilizada por tranches, durante o período máximo de dois anos, mediante solicitação escrita do MUTUÁRIO, dirigida à CAIXA AGRÍCOLA. -----
3. O MUTUÁRIO declara recebida a quantia mutuada e dela se confessa devedor, obrigando-se a pagá-la com os respectivos juros, impostos, encargos e despesas. -----
4. A quantia mutuada destina-se a financiar a construção do "Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos", não lhe podendo ser dado outro uso ou destino. -----
5. O MUNICÍPIO e o seu/sua representante presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, declaram que este empréstimo e os compromissos e obrigações aqui assumidos, são actos autorizados, válidos e firmes, que não afectam, nem são afectados por qualquer outro, obrigação ou compromisso a que o MUNICÍPIO esteja vinculado e declaram que foram por si observadas todas as disposições legais aplicáveis às Autarquias Locais.-----

SEGUNDA (Prazo e Reembolso) -----

1. O empréstimo é concedido pelo prazo de vinte anos, com início na presente data. -----
2. O empréstimo será reembolsado em prestações semestrais e sucessivas, constantes de capital e juros, vencendo-se a primeira seis meses após o termo do período de carência de reembolso de capital referido no número seguinte, e as restantes no correspondente dia de cada semestre subsequente.-----

3. O empréstimo beneficia de período de carência de capital, com o máximo de dois anos a contar da presente data, mas que termina na data da última utilização do capital, durante o qual são devidas prestações semestrais de juros, calculadas por aplicação da taxa vigente sobre o capital em dívida. -----

TERCEIRA (*Juros*) -----

1. A quantia mutuada vence juros, postecipados e contados dia a dia, à taxa de juro anual nominal que resultar da média aritmética simples das cotações diárias da taxa EURIBOR a seis meses, durante o mês anterior a cada período semestral de contagem e arredondada à milésima de ponto percentual, por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior, e depois acrescida do 'spread' ou margem de zero vírgula oitenta pontos percentuais, o que se traduz na taxa de juro nominal actual de dois vírgula duzentos e trinta e seis por cento. -----
2. A taxa anual efectiva (TAE) deste contrato, calculada nos termos do Dec. - Lei nº 220/94, de 23.08, é de dois vírgula trezentos e sessenta e um por cento. -----
3. Os juros são pagos postecipadamente, vencendo-se a primeira prestação seis meses, a contar da data deste contrato, e cada uma das demais no correspondente dia de cada semestre subsequente.
4. Em caso de mora no pagamento de qualquer obrigação ou quantia são devidos juros moratórios, à taxa nominal aplicável acrescida de quatro pontos percentuais, a título de mora e cláusula penal, que se vencem e são exigíveis diariamente e sem dependência de interpelação; sendo da responsabilidade do MUTUÁRIO o pagamento integral dos juros de mora calculados por aplicação daquelas taxa e sobretaxa sem qualquer bonificação. -----

QUARTA (*Processamento*) -----

1. A quantia mutuada e as obrigações relativas ao empréstimo são processadas numa conta interna, de financiamento, constituída para esse efeito, pela CAIXA AGRÍCOLA, com a numeração que o sistema automático lhe atribuir e que poderá ser alterada, a qual funcionará por contrapartida da conta de depósitos à ordem com o NIB 0045 1210 40029713381 64, designada por Conta D.O., titulada em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO e domiciliada na CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO. -----
2. O crédito do capital mutuado e os débitos das obrigações de pagamento emergentes deste contrato serão processados e efectuados na referida Conta D.O., que o MUTUÁRIO se obriga a ter suficientemente provisionada, nas datas de vencimento das suas obrigações, e que autoriza a CAIXA AGRÍCOLA, a movimentar e debitar, para efectivar quaisquer pagamentos. -----
3. Os extractos das referidas contas, processados pela CAIXA AGRÍCOLA, constituem documentos bastantes para prova da sua movimentação e da dívida. -----

QUINTA (*Condições gerais*) -----

10/11/71³

1. As prestações de capital e de juros e demais obrigações são exigíveis e devem ser pagas nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de qualquer aviso ou interpelação para o efeito.--
2. Todos os pagamentos, seja qual for a indicação do MUTUÁRIO, mesmo os realizados através da referida conta D.O, serão imputados pela ordem seguinte: a despesas e encargos, a comissões, a juros de mora, a juros remuneratórios e a capital. -----
3. No empréstimo e pelas operações e actos processados ao abrigo deste contrato, incidem as comissões e encargos da "Tabela de Preçário" da CAIXA AGRÍCOLA, que estiver em vigor, com os valores e critérios nela previstos, nomeadamente as relativas ao processamento do empréstimo e suas prestações, às garantias, aos actos e operações que se lhes relacionem, a encargos e penalizações pelo reembolso antecipado e outras alterações, que o MUTUÁRIO declara aceitar. -----
- 3.1. Não são cobradas quaisquer comissões por liquidações parciais/totais de capital. -----
4. A taxa de juro nominal aplicável em cada período será adequada em função das variações que ocorrerem, com referência ao indexante acima previsto para a sua determinação, aplicando-se automaticamente e sem necessidade de qualquer comunicação prévia ou posterior. -----
5. Mas se o indexante acima previsto for substituído ou deixar de ser usado, a CAIXA AGRÍCOLA poderá aplicar outro e/ou outra taxa de juro, após a sua comunicação ao MUTUÁRIO considerando-se por este aceite se não optar pela resolução do contrato, que terá de ser feita por escrito e entregue à CAIXA AGRÍCOLA, nos cinco dias seguintes à sobredita comunicação; caso em que o MUTUÁRIO se obriga a reembolsar as quantias mutuadas e a pagar os juros e demais quantias devidas, na totalidade, no prazo de trinta dias a contar daquela comunicação da CAIXA AGRÍCOLA, aplicando-se nesse período a última taxa vigente.-----
6. A falta ou demora da CAIXA AGRÍCOLA na cobrança de créditos e na efectivação de débitos na Conta D.O., ou no exercício de algum direito ou faculdade, não representa a concessão de moratória, nem a renúncia ou perda de qualquer prazo ou direito e à percepção dos créditos e quantias que lhe sejam devidas. -----
7. O MUTUÁRIO também se obriga ao seguinte:-----
 - a) A fornecer prontamente à CAIXA AGRÍCOLA, sempre que esta o solicite, os documentos e informações relativos à aplicação das quantias mutuadas e à disponibilidade e aplicação das verbas e valores a que se reporta a cláusula sétima. -----
 - b) A inscrever nos seus orçamentos anuais as verbas necessárias para fazer face ao serviço da dívida do financiamento, podendo a CAIXA AGRÍCOLA exigir, em qualquer momento, a prova da respectiva inscrição orçamental. -----
 - c) A pagar os impostos e encargos relativos a este contrato e as despesas que a CAIXA AGRÍCOLA faça para assegurar ou obter o pagamento dos seus créditos. -----
 - d) A dar imediato conhecimento à CAIXA AGRÍCOLA de toda e qualquer acto ou diligência administrativa, judicial ou extrajudicial de que seja citado ou interpelado, ou de outro facto que de alguma forma possa afectar ou pôr em risco as garantias e o cumprimento das obrigações.-----

4
11/7/16

SEXTA (*Incumprimento e exigibilidade*) -----

1. O não cumprimento pontual de quaisquer obrigações do MUTUÁRIO para com a CAIXA AGRÍCOLA, ainda que decorrentes de outros actos e títulos, produz o vencimento antecipado e a exigibilidade imediata de todas as demais obrigações, sem embargo de outros direitos conferidos por lei ou contrato, e especialmente nos casos seguintes: -----
 - a) Se não for paga alguma das prestações de capital ou de juros, no respectivo prazo, ou os juros moratórios, as comissões, encargos e despesas, ou outras quantias devidas, nas datas estabelecidas ou que forem indicadas pela CAIXA AGRÍCOLA. -----
 - b) Se não forem respeitadas as disposições relativas às garantias, ou se sobre elas recair alguma oposição, apreensão ou outra providência judicial, administrativa ou extrajudicial; ou se sobrevier facto que afecte o seu valor, integralidade e livre disponibilidade; ou se os respectivos valores diminuïrem, forem cedidos ou disponibilizados, sem o acordo expresso da CAIXA AGRÍCOLA. -----
 - c) Se as quantias mutuadas forem aplicadas em fins diferentes daquele a que se destina o empréstimo; ou se não forem entregues os documentos ou não forem prestadas as informações que o devam ser à CAIXA AGRÍCOLA, ou neles/as haja falsidade, defeito ou omissão. -----
2. Em caso de incumprimento e nos acima aludidos, a CAIXA AGRÍCOLA desde já fica autorizada a movimentar e debitar a dita Conta D.O. e quaisquer outras contas, de qualquer natureza, titulada em nome do MUTUÁRIO ou da Câmara Municipal de Santo Tirso, na CAIXA AGRÍCOLA contratante, para efectivar e obter o pagamento das obrigações emergentes deste contrato ou de qualquer outra operação de crédito, acto ou título, inclusive de descoberto em contas bancárias, podendo proceder à compensação com quaisquer saldos credores, independentemente da verificação dos respectivos pressupostos legais. -----

SÉTIMA (*Garantia: consignação de receitas*) -----

1. Para garantia do bom, pontual e integral pagamento de todas as obrigações e responsabilidades do MUTUÁRIO, decorrentes deste contrato, designadamente do reembolso do capital mutuado, dos juros à taxa e sobretaxa acima estabelecidas, incluindo em caso de mora, bem como das despesas judiciais e extrajudiciais que a CAIXA AGRÍCOLA faça, e dos respectivos encargos, o MUTUÁRIO procede à consignação das suas receitas municipais, todas as que for legalmente admissível de se consignar, incluindo as verbas correspondentes aos Fundos Geral e de Coesão Municipais, e de outros apoios a que tenha direito, inclusive ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio, com observância do disposto na Lei das Finanças Locais. -----
2. A CAIXA AGRÍCOLA fica autorizada a receber directamente do Estado as verbas acima referidas e destinadas a serem consignadas, até ao limite das importâncias devidas, em cada momento, designadamente as receitas e verbas da Câmara Municipal, previstas na citada Lei, para consignar e afectar ao pagamento dessas obrigações. -----
3. O MUTUÁRIO obriga-se a disponibilizar as importâncias necessárias, nos termos dos números anteriores, e a processar o seu depósito e movimentação na sobredita sua Conta D.O., bem como

a dar instruções às entidades pagadoras para efectuarem as transferências para essa mesma Conta D.O., e autoriza a CAIXA AGRÍCOLA a fazer a consignação dos valores necessários, em conta que designar, para assegurar o pagamento do que lhe seja devido, nos termos deste contrato, importâncias essas que ficarão cativas e afectas ao pagamento dessas responsabilidades.

OITAVA (*Cessão de créditos*)-----

Ficam desde já expressamente autorizadas e aceites, sem necessidade de outro consentimento ou comunicação, as cessões da posição contratual e a cessão de créditos, total ou parcial, que a CAIXA AGRÍCOLA pretenda fazer para terceiros, e nas condições que entender.-----

NONA (*Foro e Comunicações*) -----

1. Para solucionar as questões relacionadas com este contrato, fica convencionado que será competente, no que por lei for disponível, o foro da Comarca de Santo Tirso. -----
2. As comunicações entre os Contraentes devem ser efectuadas por escrito, por carta ou por telecópia, dirigidas para os respectivos endereços acima mencionados na identificação das partes, os quais também são indicados para efeitos de citação e notificação judicial. -----
3. As comunicações e os actos da CAIXA AGRÍCOLA que devam ter como destinatário o MUNICÍPIO, MUTUÁRIO, poderão ser dirigidos á e/ou em nome da Câmara Municipal de Santo Tirso, valendo e produzindo os mesmos efeitos como se fossem ao MUTUÁRIO, assim como os dessa Edilidade se consideram e valerão em nome do MUTUÁRIO, para efeitos deste contrato e execução do que nele se estabelece. -----

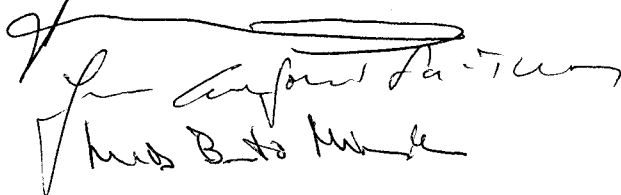
DÉCIMA (*Formalidades*) -----

A produção de efeitos financeiros deste contrato fica dependente da obtenção das necessárias deliberações dos Órgãos Municipais competentes e, se obrigatória, do Visto do Tribunal de Contas. ----

Santo Tirso, seis de Julho de dois mil e nove. -----

* Isento de Imposto de Selo ao abrigo do art. 6º do Código do Imposto de Selo. -----

A CAIXA AGRÍCOLA ,



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO



8. PROTOCOLO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO COM O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE – ON 2 PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO COM O CÓDIGO 4-7-17-14-1709, DESIGNADO POR “PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA DE SANTO TIRSO – MARGENS DO AVE”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de seis do corrente mês de Julho, registada com o número oito mil novecentos e setenta e dois, a comunicar que a candidatura apresentada pela autarquia ao Programa de Acção – PRU/2/2008 – Grandes Centros, designada “Parceria para a Regeneração Urbana de Santo Tirso” – Margens do Ave” foi aprovada. Mais informam que o valor total elegível é de 9.942.274,00 € (nove milhões novecentos e quarenta e dois mil duzentos e setenta e quatro euros) que representa uma comparticipação FEDER de 70% o que perfaz 6.959.594,00 € (seis milhões novecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e quatro euros).-----

Da informação consta ainda um quadro com as operações aprovadas.-----

O respectivo Protocolo de Financiamento, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por sete folhas, foi assinado no dia trinta de Junho findo pela autarquia na qualidade de líder da Parceria Local, sendo ainda parceiros na implementação do respectivo Programa a Fundação de Santo Thyrsso, a Direcção Regional de Educação do Norte, o Clube de Pesca Desportiva Além-Rio, a Associação Desportiva Recreativa e Cultural do Monte da Torre e a Sociedade Costa & Mota Actividades Hoteleiras, Lda.---

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Protocolo.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e ratificar as condições constantes do aludido Protocolo.-----



9. EMPREITADA: “ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA COSTA, RORIZ”: INTENÇÃO DE RESCISÃO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE.-----

Presente informação de dois do corrente mês de Julho da Divisão de Edifícios, registada com o número oito mil seiscientos e noventa e um, a propor, com os fundamentos constantes da referida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a rescisão do contrato da empreitada acima referida.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação do executivo camarário o seu despacho da mesma data que decidiu comunicar ao empreiteiro a intenção da câmara de rescindir o contrato com fundamento no disposto no n.º 1 do artigo 189º do Decreto-Lei 159/99, de 02 de Março.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----



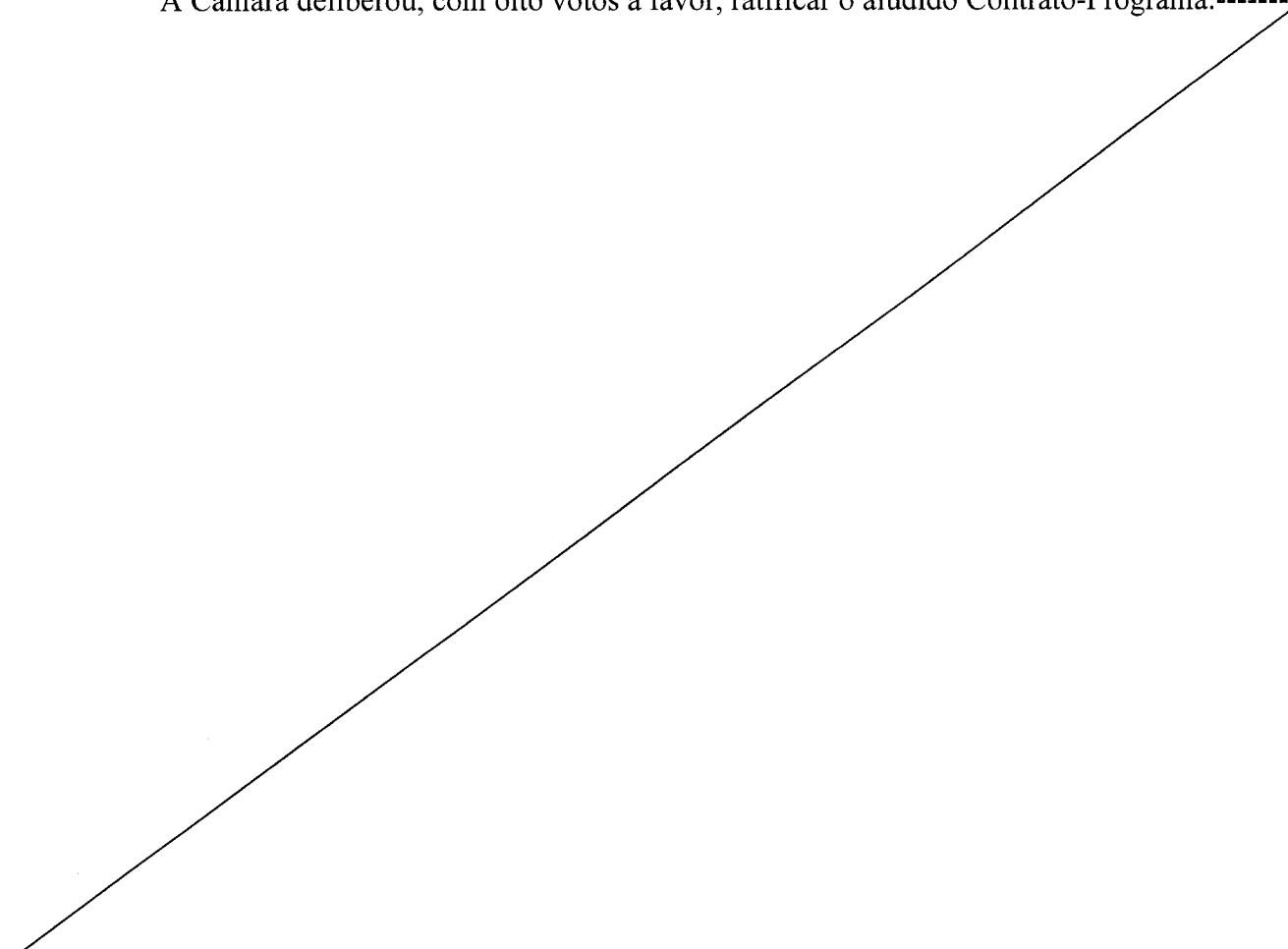
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

10. CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO EM 29/05/2009 ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, TENDO POR OBJECTO A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE AREIAS: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Contrato-Programa acima referido, celebrado na sequência da deliberação camarária de dez de Dezembro último (item catorze da respectiva acta), do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por vinte folhas, para efeitos de ratificação pelo executivo camarário.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido Contrato-Programa.-----

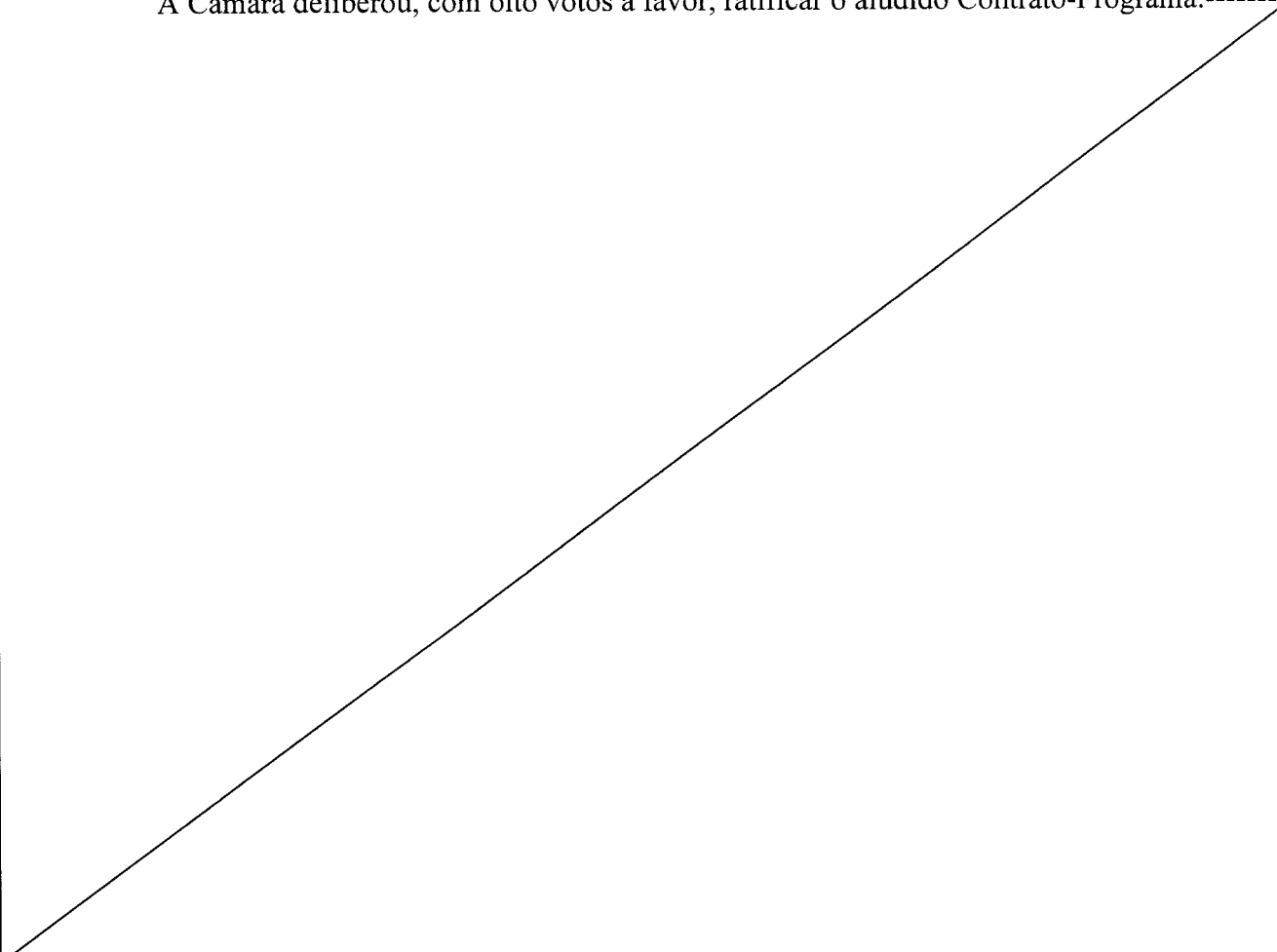




11. CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO EM 29/05/2009 ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, TENDO POR OBJECTO A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE S. MARTINHO DO CAMPO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Contrato-Programa acima referido, celebrado na sequência da deliberação camarária de dez de Dezembro último (item catorze da respectiva acta), do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por vinte folhas, para efeitos de ratificação pelo executivo camarário.

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o aludido Contrato-Programa.

-----



12. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2.409,00 M² DESTINADA À EXECUÇÃO DO PROJECTO AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DA ERMIDA, SANTA CRISTINA DO COUTO.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de nove do corrente mês de Julho, registada com o número nove mil e vinte e cinco, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com vista à aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno necessária à execução do projecto denominado “Ampliação da Escola EB1/JI da Ermida / Santa Cristina do Couto”, identificada na respectiva planta cadastral com o número um, propriedade de Dirceu Guimarães Fernandes da Silva e mulher Maria de Lurdes Alves Monteiro de Oliveira.-----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Considerando que a aquisição dos terrenos necessários à execução do projecto acima identificado está prevista no Plano de Actividades (objectivo: 2.1.1; classificação económica: 02/070101; código/ano/número de acção: 09/2008/18, tendo cabimento orçamental;-----

Considerando que a lei determina que a aquisição pela via do direito privado deve prevalecer sobre a aquisição pela via da expropriação;-----

Considerando a razoabilidade do acordo obtido com os proprietários da parcela de terreno em causa;-----

Considerando que existem vantagens para o interesse público municipal na aquisição do terreno pela via do direito privado, quer em termos de celeridade processual, quer no que se refere à economia de custos com o eventual processo de expropriação;-----

Considerando que é urgente adquirir-se o terreno em causa, já que a respectiva obra está inserida numa candidatura apresentada ao Programa ON-2;-----

Proponho que a Câmara delibere adquirir a Dirceu Guimarães Fernandes da Silva, contribuinte número 164 674 683, a parcela de terreno abaixo descrita, pelo preço global de 113.223,00 € (cento e treze mil duzentos e vinte e três euros), a pagar na totalidade na data da



Reunião : ORDINÁRIA

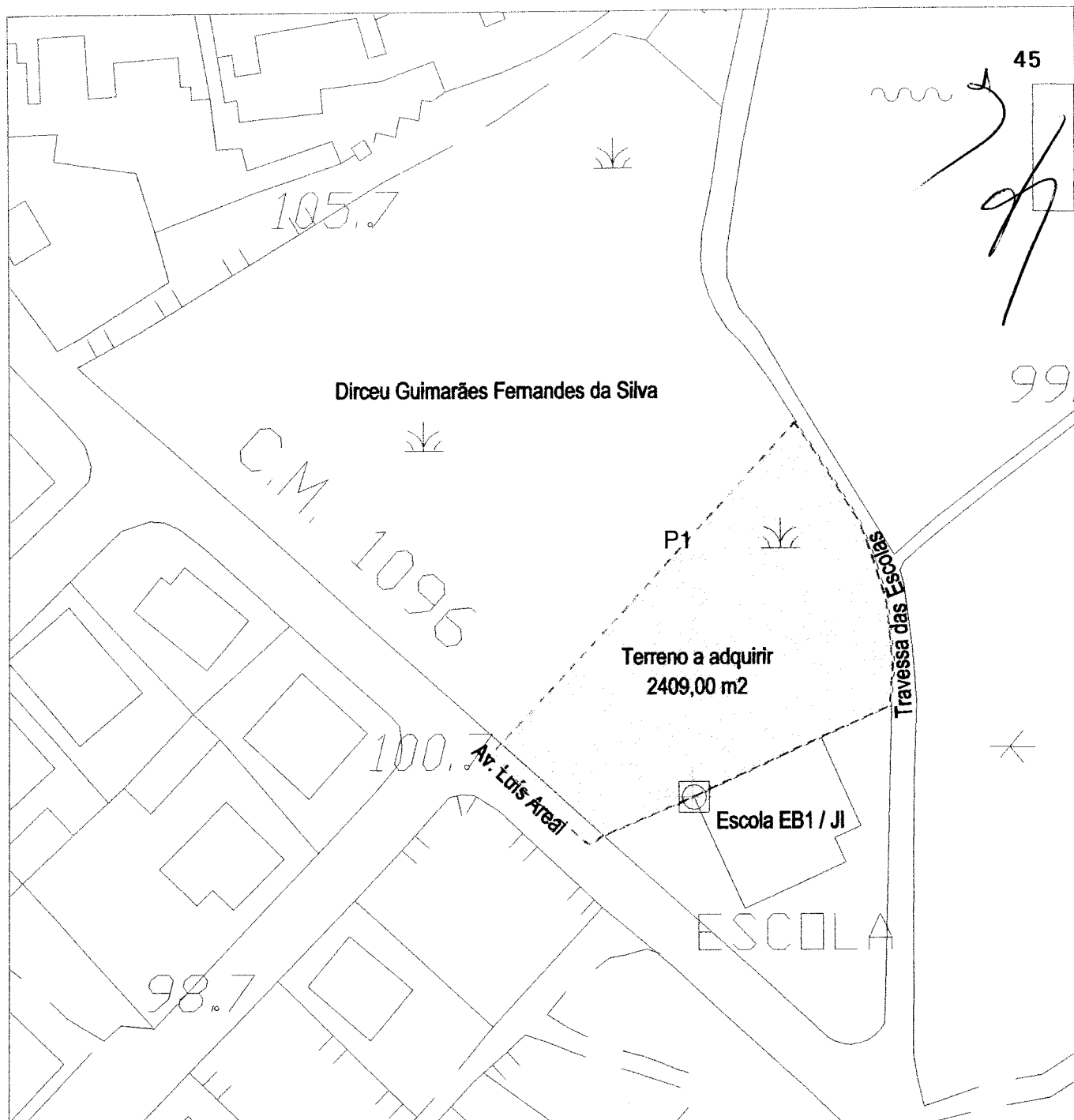
Câmara Municipal de Santo Tirso

celebração da respectiva escritura de compra e venda:-----

Parcela de terreno a adquirir:-----

Parcela de terreno com a área de 2.409,00 m² (dois mil quatrocentos e nove metros quadrados), sito no lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso, delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica da fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, a confrontar de Norte com o proprietário, de Sul com Escola EB1/JI da Ermida, de Nascente com Travessa das Escolas e do Poente com Avenida Luís Areal, que é a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo noventa e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número um quatro sete quatro / dois zero zero oito zero oito dois cinco.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Parcela P1 - 2409,00m2

Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros
X = -30020.07 Y = 184526.23

Proprietário
Dirceu Guimarães Fernandes da Silva

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	Dirceu Guimarães Fernandes da Silva
Sul	-	-	-	-	-	Escola EB1 / JI
Nascente	-	-	-	-	-	Caminho Público (Travessa das Escolas)
Poente	-	-	-	-	-	Caminho Público (Av. Luís Areal)



Projecto de ampliação da Escola EB1/JI de Ermida - Santa Cristina do Couto			2.0 Desenho n.º
Planta Cadastral			
		Esc. 1/1000	Julho 2008

**13. REGULAMENTO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E RESPECTIVA TABELA DE PREÇOS: ALTERAÇÃO.-----**

Presente informação de dez do corrente mês de Julho, da Divisão do Desporto, registada com o número nove mil cento e noventa e quatro, a sugerir alterações aos seguintes artigos do Regulamento e Tabela de Preços acima referidos, aprovados em reunião camarária de vinte e cinco de Fevereiro último (item três da respectiva acta):-----

- Alteração da redacção do n.º 4 do capítulo III - **CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES**;-----

- Alteração da redacção da alínea b) do n.º 3 do capítulo VI – **PAGAMENTOS**;-----

- Aditamento das alíneas c) e d) ao mesmo n.º 3 do capítulo VI ;-----

- Alteração da redacção do n.º 4 do mesmo capítulo VI;-----

- Aditamento do n.º 8 ao capítulo X - **DISPOSIÇÕES FINAIS**.-----

- Aditamento do ponto 3.6 à respectiva Tabela de Preços (Tarifa familiar – domingos e feriados) com a seguinte redacção:-----

3.6 Tarifa familiar – domingos e feriados:-----

3.6.1 – Utilização do campo de futebol..... 20,00€ / hora-----

3.6.2 – Utilização do campo de ténis..... 3,00€ / hora-----

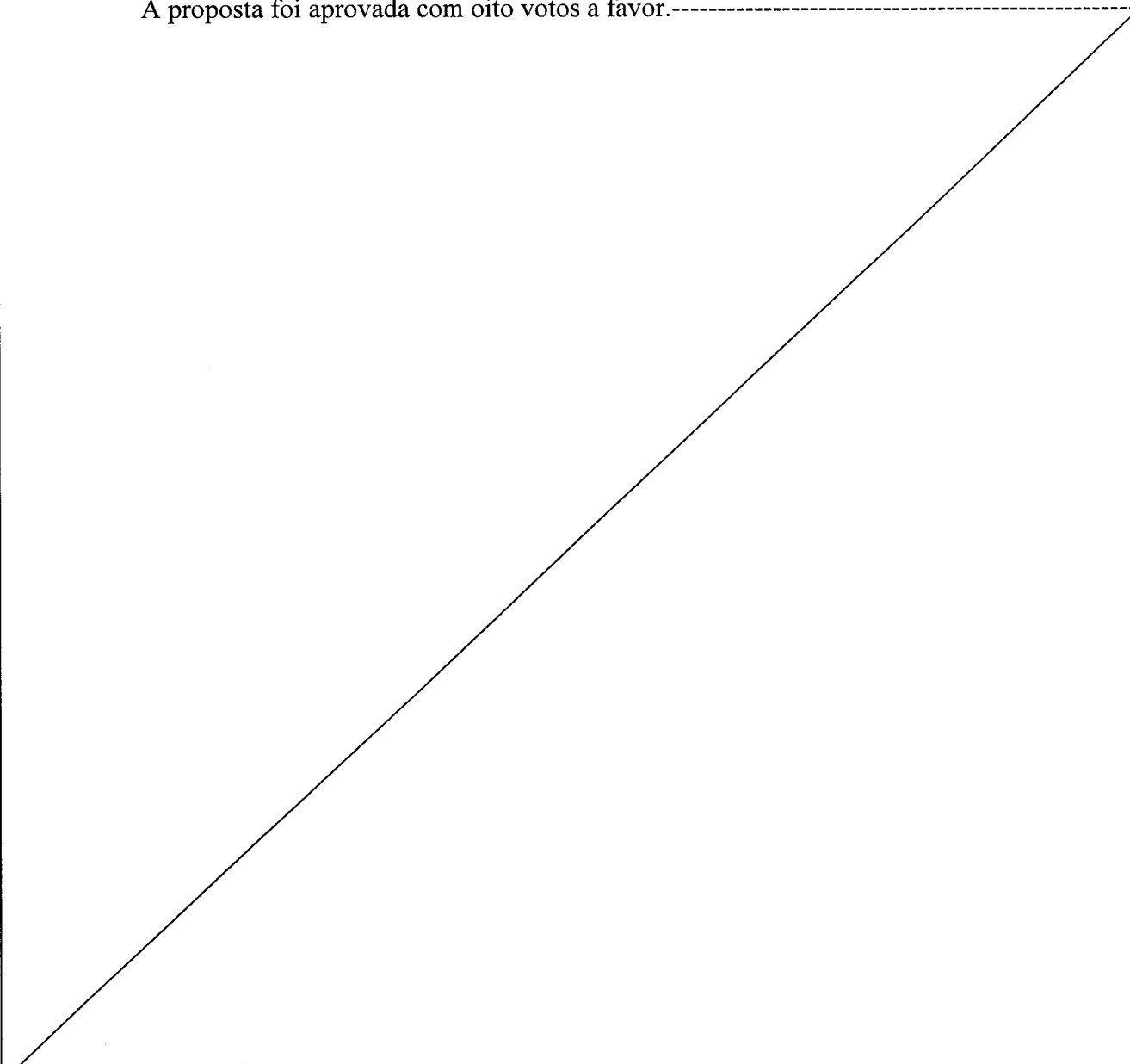
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que compete à câmara municipal construir e gerir instalações e equipamentos desportivos (alínea f) do n.º 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro), proponho que a câmara municipal ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 7 do referido artigo 64º e alínea j) do n.º 1 do mesmo artigo, delibere aprovar as referidas alterações ao Regulamento e Tabela de Preços anexa, para efeitos de submissão das mesmas a inquérito público, nos termos que constam da Proposta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----



Anexa-se também à presente acta a redacção do ponto 3 da Tabela de Preços anexa ao referido Regulamento, com a redacção da presente proposta, o que constitui a folha quarenta e nove da presente acta.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Propostas de alteração ao Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso

III - CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

- 1) (...)
- 2) (...)
- 3) (...)
- 4) Todos os pedidos de utilização serão sujeitos a prévia marcação. A reserva de utilização só será efectuada após o pagamento.
- 5) (...)
- 6) (...)
- 7) (...)
- 8) (...)

VI - PAGAMENTOS

- 1) (...)
- 2) (...)
- 3) Para a utilização e concessão de espaços, os pagamentos serão efectuados de acordo com as seguintes regras:
 - a. (...);
 - b. Quando se tratam de utilizações regulares, a totalidade das utilizações até ao dia 10 de cada mês, reduzida em 10%.
 - c. No caso das condições da reserva serem alteradas e que implique acréscimo de preço, estas terão que ser regularizadas antes da utilização.
 - d. O cancelamento da reserva poderá ser objecto de compensação, desde que seja comunicado à Divisão de Desporto, com a antecedência mínima de 24 horas. A marcação da nova reserva dependerá da disponibilidade da agenda.
- 4) A utilização dos serviços implica o pagamento da inscrição, válida por um ano lectivo, exceptuando:
 - a. A utilização avulsa;
 - b. A utilização mensal nos meses de Julho e Agosto.
- 5) (...)

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1) (...)
- 2) (...)
- 3) (...)
- 4) (...)
- 5) (...)
- 6) (...)
- 7) (...)
- 8) Na determinação do preço de utilização para grupos, em função da idade, aplica-se o preço reduzido quando o grupo contenha, pelo menos, dois terços de utilizadores com idade até 18 anos.

(...)

3 – Utilização do Polidesportivo Municipal / Área Polidesportiva de Ar Livre**3.1 – Utilização do campo de futebol de sete, para grupos de jovens até 18 anos:**

3.1.1. – Dias da semana, até às 18:00 horas	gratuito
3.1.2. – A partir das 18:00 horas e sábados:	30,00 € / hora
3.1.3. – Iluminação	5,00 € / hora

3.2 – Utilização do campo de futebol de sete, para grupos maiores de 18 anos:

3.2.1. – Dias da semana, até às 18:00 horas	20,00 € / hora
3.2.2. – A partir das 18:00 horas e sábados:	45,00 € / hora
3.2.3. – Iluminação	5,00 € / hora

3.3 – Utilização dos campos de ténis para jovens até 18 anos:

3.3.1. – Dias da semana, até às 18:00 horas:	
3.3.1.1 – Dois jogadores	2,00 € / hora
3.3.1.2 – Três a quatro jogadores	3,00 € / hora
3.3.2. – A partir das 18:00 horas e sábados:	
3.3.2.1 – Dois jogadores	2,50 € / hora
3.3.2.2 – Três a quatro jogadores	3,00 € / hora
3.3.3 – Iluminação	2,00 € / hora

3.4 – Utilização dos campos de ténis para maiores de 18 anos:

3.4.1. – Dias da semana, até às 18:00 horas:	
3.4.1.1 – Dois jogadores	3,00 € / hora
3.4.1.2 – Três a quatro jogadores	4,00 € / hora
3.4.2. – A partir das 18:00 horas e sábados:	
3.4.2.1 – Dois jogadores	5,00 € / hora
3.4.2.2 – Três a quatro jogadores	6,00 € / hora
3.4.3 – Iluminação	2,00 € / hora

3.5 – Utilização do campo de basquetebol

gratuito

3.6 – Tarifa Familiar - domingos e feriados

3.6.1. – Utilização do campo de futebol	20,00 € / hora
3.6.2. – Utilização do campo de ténis	3,00 € / hora

4 – Actividades / classes:

4.1 – Inscrição (inclui cartão, seguro e uma utilização livre à escolha)	15,00 € / ano
4.2 – Renovação da Inscrição (antes do final do ano lectivo)	10,00 € / ano
4.3 – Segunda via do Cartão	5,00 €

(alterações referenciadas a azul)



14. OUTROS SUBSÍDIOS

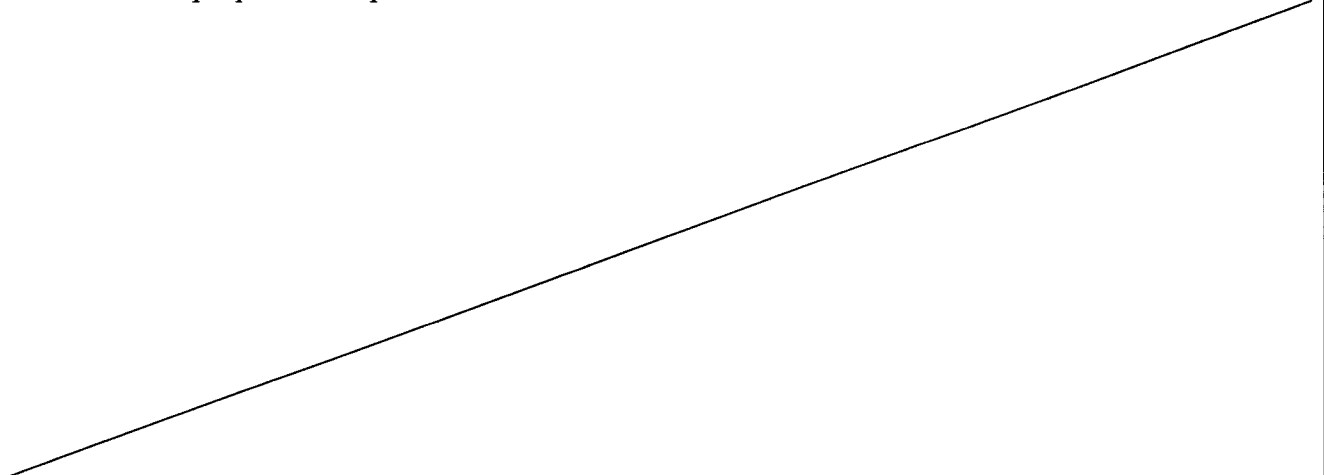
A) À JUNTA DE FREGUESIA DA PALMEIRA: Obras realizadas como contrapartida da doação ao município de uma parcela de terreno destinada à construção da sede da Junta de Freguesia.-----

Presente ofício de catorze de Maio último, da Junta de Freguesia da Palmeira, registado com o número seis mil novecentos e noventa e nove, a solicitar a atribuição de um subsidio no montante de 11.288,31 € (onze mil duzentos e oitenta e oito euros e trinta e um cêntimos) para ajudar a custear as despesas com as obras realizadas pela Junta de Freguesia em propriedades do senhor Joaquim Manuel Cruz de Barros Pereira, como contrapartida da doação ao município de uma parcela de terreno destinada à construção da sede da junta, cuja aceitação consta da acta da reunião de câmara de onze de Junho de dois mil e oito (item quatro da respectiva acta).-----

A Divisão de Vias informa que o montante do subsidio solicitado é aceitável, face à natureza e volume dos trabalhos executados.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Palmeira um subsidio no montante de 11.288,31 € (onze mil duzentos e oitenta e oito euros e trinta e um cêntimos) e remeter cópia do ofício aos SMAES para efeitos de isenção da taxa de ligação à rede de abastecimento de água.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





14. B) JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA LONGA: Execução de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Rua da Serra e um troço da Rua do Barreiro-----

Presente ofício de dois de Junho último, registado com o número sete mil oitocentos e dezasseis, da Junta de Freguesia de Água Longa, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com as obras acima referidas.-----

O Departamento de Obras Municipais elaborou estimativa orçamental dos trabalhos a realizar conforme projecto existente nos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, do que resulta o valor de 23.178,06 € (vinte e três mil cento e setenta e oito euros e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Água Longa um subsídio no montante de 23.178,06 € (vinte e três mil cento e setenta e oito euros e seis cêntimos), com IVA incluído, para realização dos trabalhos acima referidos, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Handwritten signature and mark in the top right corner.

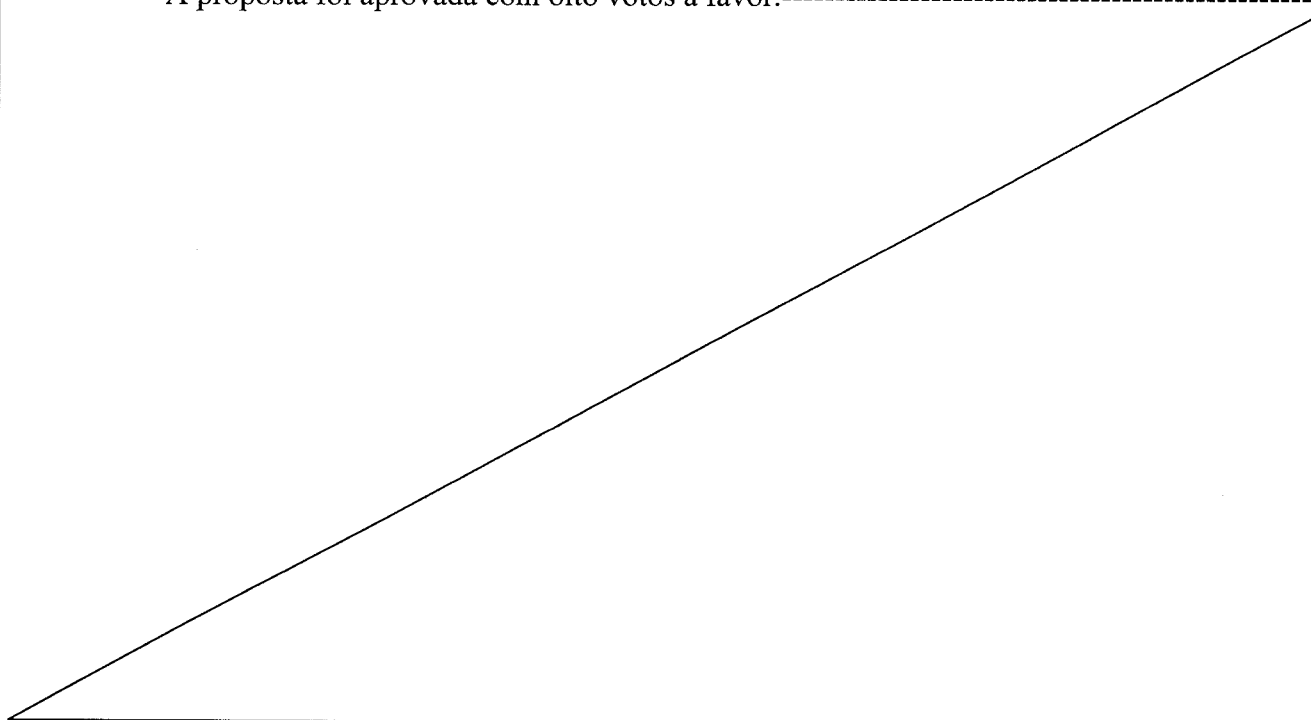
14. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: Drenagem de Águas Residuais e Rectificação do Pavimento da Rua da Boca.-----

Presente ofício de vinte e um de Maio último, da Junta de Freguesia de Vilarinho, registado com o número sete mil oitocentos e quarenta, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 23.970,21 € (vinte e três mil novecentos e setenta euros e vinte e um cêntimos) para a obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa que a obra está concluída e em condições aceitáveis e que o valor total dos trabalhos executados foi de 18.178,70 € (dezoito mil cento e setenta e oito euros e setenta cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho um subsídio no montante de 18.178,70 € (dezoito mil cento e setenta e oito euros e setenta cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





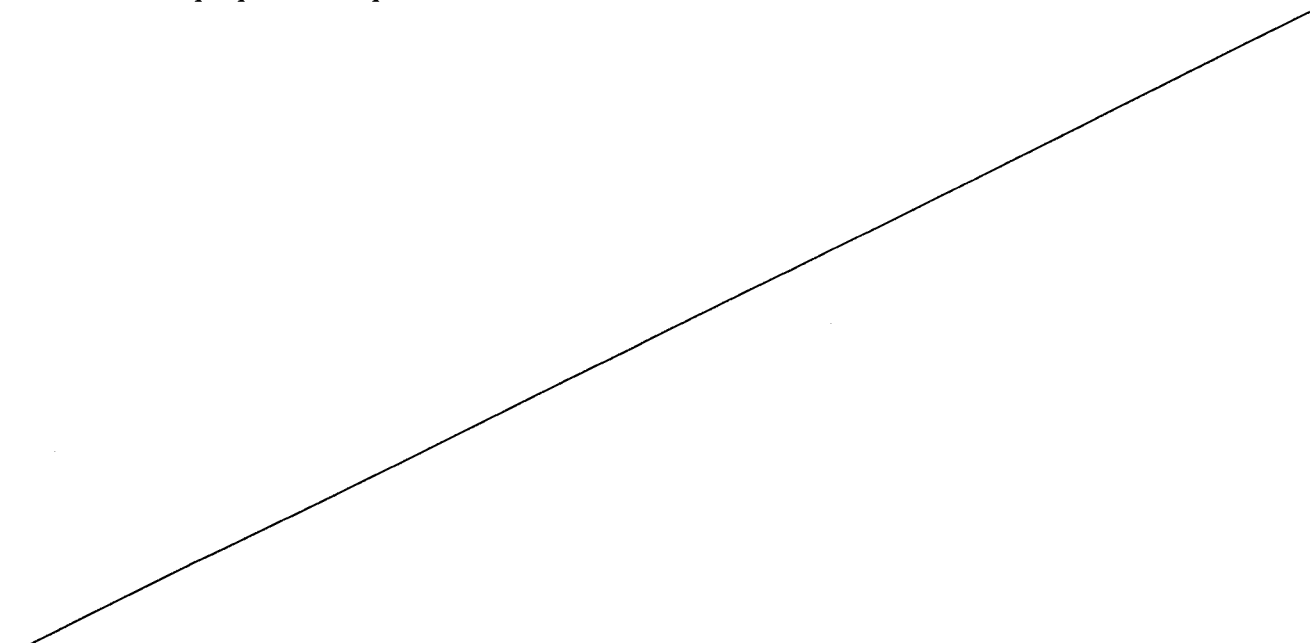
14. D) À JUNTA DE FREGUESIA DA REGUENGA: REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE A RUA VISCONDE DE CANTIM E A RUA DO BOM SUCESSO – E.M. 558: REFORÇO DE SUBSIDIO-----

Presente ofício de nove de Junho último, da Junta de Freguesia da Reguenga, registado com o número oito mil trezentos e catorze, a solicitar a atribuição de um subsidio no montante de 6.536,94 € (seis mil quinhentos e trinta e seis euros e noventa e quatro centimos), em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de vinte e cinco de Junho de dois mil e oito (item 9.E) da respectiva acta).-----

A Divisão de Vias informa favoravelmente.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Reguenga um subsidio no montante de 6.536,94 € (seis mil quinhentos e trinta e seis euros e noventa e quatro centimos), com IVA incluído, para a obra acima referida, em reforço do subsidio anteriormente deliberado.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





14. E) AO CENTRO RECREATIVO E POPULAR DA JUVENTUDE DE ÁGUA LONGA: BENEFICIAÇÃO DO PISO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO CAMPO DE JOGOS DE ÁGUA LONGA E EXECUÇÃO DOS MUROS DE SUPORTE E VEDAÇÃO: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de vinte de Maio último, do Centro Recreativo e Popular da Juventude de Água Longa, registado com o número sete mil setecentos e sessenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para a realização da obra acima referida, em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de onze de Junho de dois mil e oito (item 9.A da respectiva acta).-----

Do expediente consta informação da Divisão de Vias, no sentido de que o subsidio a atribuir, em reforço do anteriormente deliberado, deve ser de 5.828,73 € (cinco mil oitocentos e vinte e oito euros e setenta e três cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Centro Recreativo e Popular da Juventude de Água Longa um subsídio no montante de 5.828,73 € (cinco mil oitocentos e vinte e oito euros e setenta e três cêntimos) para ajudar a custear as despesas com os trabalhos relativos à obra acima referida, em reforço do subsidio já atribuído.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



14. F) À COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

– PALMEIRA-----

Presente ofício da Comissão de Festas acima referida, registado com o número sete mil e treze/dois mil e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realizaram nos dias dois e três de Agosto de dois mil e oito.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário, Palmeira, representada por José Luís Rocha Santos, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



14. G) À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE S. MARTINHO: CONSTRUÇÃO DE NOVOS BALNEÁRIOS NO PARQUE DE JOGOS COMENDADOR ABÍLIO FERREIRA DE OLIVEIRA: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício da Associação Recreativa de S. Martinho, registado com o número nove mil cento e oitenta e seis/dois mil e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para a obra acima referida, cuja estimativa orçamental é de 142 706,00 € (cento e quarenta e dois mil setecentos e seis euros), conforme consta do processo de obras particulares registado na Câmara Municipal com o número 168/09.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação Recreativa de S. Martinho um subsídio no montante de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



14. H) À JUNTA DE FREGUESIA DE LAMELAS: Rectificação e Pavimentação de um troço da Rua da Escola Velha.-----

Presente ofício de dezoito de Maio último, da Junta de Freguesia de Lamelas, registado com o número sete mil duzentos e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 13.912,50 € (treze mil novecentos e doze euros e cinquenta cêntimos) para a rectificação e pavimentação da rua acima referida.-----

A Divisão de Vias informa, em cinco de Junho findo, quais os trabalhos necessários a realizar para execução da obra acima referida, cuja estimativa orçamental é de 22.486,75 € (vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Lamelas um subsídio no montante de 22.486,75 € (vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos) para a obra acima referida, a realizar de acordo com o estudo elaborado pelos serviços técnicos da câmara e com acompanhamento e fiscalização dos mesmos serviços técnicos e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



14. I) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o trabalho desenvolvido no plano desportivo pelas Associações Desportivas do concelho de Santo Tirso; -----

Considerando o facto de a Câmara Municipal atribuir, anualmente, subsídios às colectividades desportivas para as ajudar a fazer face às despesas que têm com as suas actividades ao longo do ano; -----

Considerando as competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

PROPONHO: -----

A atribuição dos seguintes subsídios anuais às colectividades abaixo identificadas:-----

A União Desportiva de S. Mamede de Negrelos - Santo Tirso-----1150,00 €
(mil cento e cinquenta euros)

Águias Futebol Clube - S. Salvador do Campo-----375,00 €
(trezentos e setenta e cinco euros)

Associação Cultural e Desportiva de Lamelas – Lamelas-----1250,00 €
(mil duzentos e cinquenta euros)

Associação Desportiva de Guimarei – Guimarei-----1150,00 €
(mil cento e cinquenta euros)

Associação Desportiva de Tarrío - S. Cristina do Couto-----1750,00 €
(mil setecentos e cinquenta euros)

Associação Recreativa do Areal - Santo Tirso-----1100,00 €
(mil e cem euros)

CAST -Centro de Atletismo de Santo Tirso - Santo Tirso-----2000,00 €



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

(dois mil euros)

Clube de Pesca Desportiva Além Rio - Santo Tirso-----375,00 €

(trezentos e setenta e cinco euros)

Futebol Clube Caldas – Arcias-----1750,00 €

(mil setecentos e cinquenta euros)

Futebol Clube de Rebordões – Rebordões-----1500,00 €

(mil e quinhentos euros)

Grupo Columbófilo de S. Martinho Campo - S. Martinho do Campo-----375,00 €

(trezentos e setenta e cinco euros)

CNE- S. Martinho do Campo - Agrupamento – 842 - S. Martinho do Campo-----450,00 €

(quatrocentos e cinquenta euros)

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.

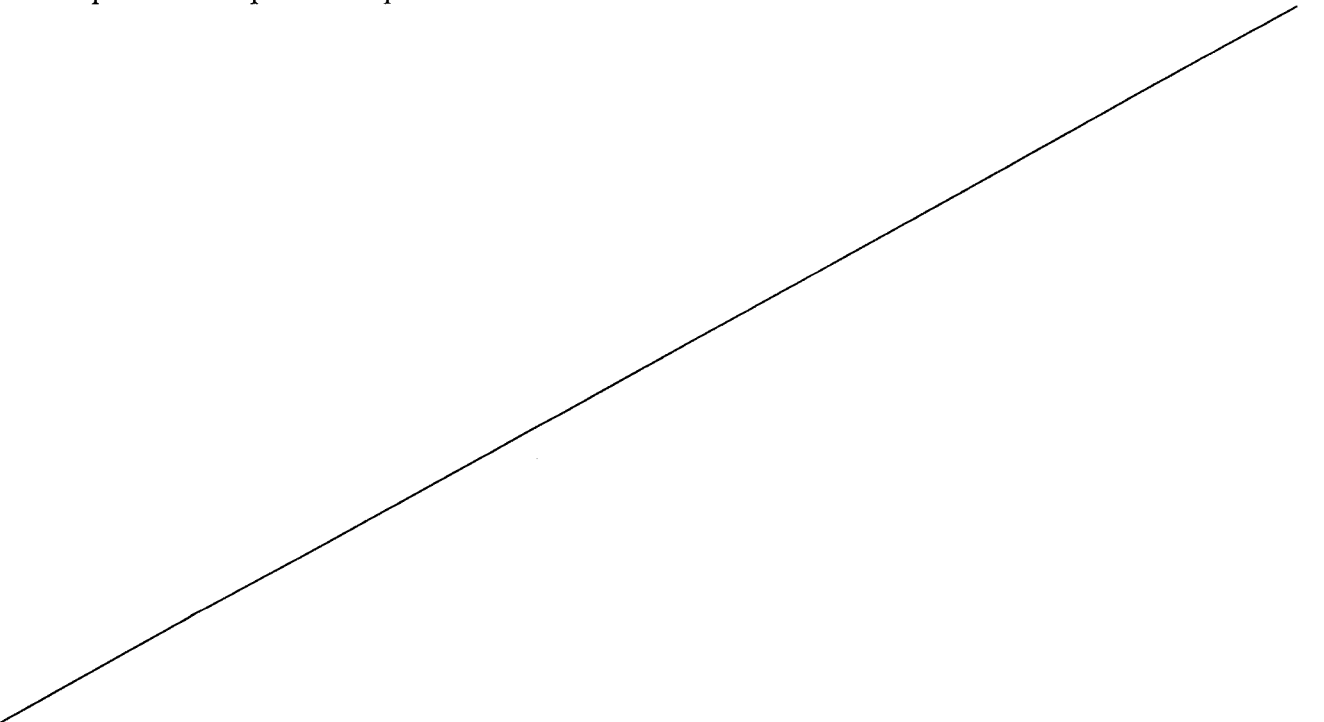


Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- **Empreitada: “Construção da EBI de S. Tomé de Negrelos – Protocolo com a DREN”: Decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados (artigo 61º do Código dos Contratos Público).**-----

- **Cortejo Etnográfico de Santo Tirso/2009 a realizar no âmbito do programa das “Festas de S. Bento”: proposta de atribuição de subsidio às entidades participantes: rectificação da deliberação camarária de 03 de Junho findo (item sete da respectiva acta)**-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente acta.-----





15. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DA EBI DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – PROTOCOLO COM A DREN”: DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS (ARTIGO 61º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).-----

Presente o processo relativo ao procedimento em epígrafe, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de vinte de Maio último (item quatro da respectiva acta) do qual constam listas de erros e omissões do caderno de encargos, apresentadas por diversos interessados, no âmbito do concurso da empreitada em epígrafe.-----

Do referido processo consta a informação da Divisão de Edifícios, datada de dez do corrente mês de Julho, registada com o número nove mil trezentos e vinte e cinco, a remeter a lista de erros e omissões que consideram merecer aprovação, conforme parecer obtido do respectivo projectista, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, composto por oitenta e oito folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovar a referida lista de erros e omissões que importa no valor total de 91.614,43 € (noventa e um mil seiscientos e catorze euros e quarenta e três cêntimos), mais IVA, e, em consequência, alterar o mapa de quantidades do Caderno de Encargos do concurso já identificado, e o Preço Base do respectivo procedimento, que passa a ser de 6.481.383,64 € (seis milhões quatrocentos e oitenta e um mil trezentos e oitenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos), mais IVA, devendo os serviços diligenciar pelo cumprimento dos demais procedimentos legais previstos no citado preceito legal.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



16. CORTEJO ETNOGRÁFICO DE SANTO TIRSO/2009 A REALIZAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA DAS “FESTAS DE S. BENTO”: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ENTIDADES PARTICIPANTES: RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 03 DE JUNHO FINDO (ITEM SETE DA RESPECTIVA ACTA)-----

Presente informação do Departamento de Cultura e Turismo, de catorze do corrente mês de Julho, a sugerir a rectificação da aludida deliberação camarária, no sentido de que o subsidio atribuído à “Escola Profissional de Santo Tirso / Instituto de Inglês” deve considerar-se atribuído ao Instituto de Santo Tirso, Cooperativa Polivalente de Ensino CRL, pessoa colectiva titular das referidas escolas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse rectificar a aludida deliberação camarária, nos termos acima referidos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 15 Fl. 63
15 de Julho de 2009

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a vertical line.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes da reunião.-----

A large diagonal line drawn from the bottom left corner to the top right corner of the page, crossing through the text area.



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente da acta que tem sessenta e quatro folhas, apenas utilizadas no anverso e quatro documentos anexos, (Anexos I, II, III e IV, relativos aos itens oito, dez, onze e quinze respectivamente), o primeiro composto por sete folhas, os segundo e terceiro compostos por vinte folhas cada um, e o quarto composto por oitenta e oito folhas, também apenas utilizadas no anverso, por mim rubricadas e pelo Presidente da Câmara, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 29/07/2009, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas cinco da respectiva minuta).-----

A Secretária,